

DIAGNÓSTICO DE QUALIDADE DE VIDA



**Pesquisa revela como está
a qualidade de vida no trabalho
na Primeira Região**



AMPLIAÇÃO

Instaladas mais quatro
varas federais



ESPECIAL

Dono de arara domesticada
recupera guarda do animal

Gestor,
Em caso de dúvidas, consulte o manual!



Essa publicação é uma iniciativa da Secretaria de Administração – Secad e está disponível, também, na intranet, no endereço:
Publicações>Manuais>Manual do Gestor de Contratos.

Ao leitor

Como fruto de uma iniciativa inédita da Secretaria de Recursos Humanos, o Tribunal apresentou, este mês, os resultados da Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho. Nesta edição da Primeira Região em Revista você vai conhecer os detalhes desse diagnóstico, que norteará as próximas ações voltadas a todo o corpo funcional da Primeira Região. Os questionários respondidos por mais de 5,1 mil pessoas, no âmbito do TRF e das seções judiciárias da 1.ª Região, revelaram uma linha tênue entre o bem-estar e o mal-estar dos servidores, que “acende uma luz amarela” quanto à necessidade de adoção de medidas estratégicas.

Na reportagem especial, trazemos à tona um debate sobre a guarda de animais de estimação, em confronto com as leis de proteção à fauna brasileira. Em decisão emblemática, o Tribunal devolveu ao dono uma arara recolhida pelo Ibama, após a comprovação de profundo vínculo afetivo.

Você também vai se inteirar sobre as varas federais instaladas neste mês: foram quatro no total, com destaque para as regiões de Alagoinhas – quinto maior município baiano em geração de emprego e renda – e Tefé, no “coração do Amazonas”, que finalmente poderão ser assistidas pela Justiça Federal. No rol de inaugurações está, ainda, a da nova sede da Seção Judiciária do Amapá, entregue às vésperas do aniversário de 20 anos da JF no estado.

O presidente Olindo Menezes esteve à frente das cerimônias, as quais marcaram a reta final de sua gestão. Os esforços envidados pela Administração no biênio 2010-2012 foram reconhecidos em homenagens de servidores e magistrados, também relatadas nesta edição.

E a conciliação volta às páginas da Primeira Região em Revista, com as recentes discussões sobre o ingresso de processos envolvendo conselhos profissionais nas ações conciliatórias. O CNJ e a Justiça Federal afinam o discurso na tentativa de alinhar procedimentos que viabilizem o “ponto final” em milhares de processos, de forma rápida e menos onerosa para a Justiça e os jurisdicionados.

Aproveite a leitura!

Ivani Morais
Chefe da Assessoria de Comunicação Social
Tribunal Regional Federal da Primeira Região

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

OLINDO MENEZES - Presidente
JOSÉ AMILCAR MACHADO - Vice-Presidente
CÂNDIDO RIBEIRO - Corregedor-Regional

DESEMBARGADORES FEDERAIS

TOURINHO NETO
CATÃO ALVES
ASSUETE MAGALHÃES
JIRAIR ARAM MEGUERIAN
MÁRIO CÉSAR RIBEIRO
TOLENTINO AMARAL
HILTON QUEIROZ
CARLOS MOREIRA ALVES
I'TALO MENDES
CARLOS OLAVO
DANIEL PAES RIBEIRO
JOÃO BATISTA MOREIRA
SOUZA PRUDENTE
SELENE ALMEIDA
MARIA DO CARMO CARDOSO
LEOMAR AMORIM
NEUZA ALVES
FRANCISCO DE ASSIS BETTI
REYNALDO FONSECA
ÂNGELA CATÃO
MÔNICA SIFUENTES
KASSIO MARQUES
NÉVITON GUEDES

Diretor-geral da Secretaria:

Felipe dos Santos Jacinto

Conselho Editorial:

Chefe da Assessoria de Comunicação Social – Ivani Moraes (Reg. Prof. DF 2747)
Supervisora da Seção de Produção de Jornal – Marcela Correia (Reg. Prof. DF 6672)
Supervisora da Seção de Produção de Audiovisual – Etiene Gomes de Carvalho (Reg. Prof. 4165 DF)
Supervisora da Seção de Imprensa – Marília Maciel Costa.

Editora-Chefe

Ivani Moraes

Editora-Executiva

Marcela Correia

Redatores

Chico Camargo (Reg. Prof. DF 7350), Etiene Gomes (Reg. Prof. DF 4165), Euvaldo Pinho, Ivani Moraes (Reg. Prof. DF 2747), Jair Cardoso (Reg. Prof. DF 7577), Leonardo Costa, Mara Bessa, Marcela Correia (Reg. Prof. DF 6672), Márcia Murça Barroso, Ricardo Cassiano (Reg. Prof. DF 3026), Sônia Martins e Viviane Rosa (Reg. Prof. DF 3598)

Estagiários

Bruno Bandeira, Dione Senna, Fernanda Medeiros, Jaqueline Mendes e Taynara Prata

Colaboração

Supervisores das Seções de Comunicação Social das Seções Judiciárias da 1.ª Região

Revisão

Márcia Murça Barroso

Editoração

Jordânia J. Alves

Fotos

Antônio Saraiva, Beto Nociti, Euvaldo Pinho, Luiz Xavier, Marcos Brandão, Mauro Putini, Ramon Pereira e Secos da 1.ª Região

Chapas CTP

Total Gráfica e Editora Ltda.

Impressão

Gráfica do TRF da 1.ª Região

Tiragem

1.000 exemplares
Distribuição eletrônica em toda a 1.ª Região

Contato

primeiraregioemrevista@trf1.jus.br

Assessoria de Comunicação Social – Ascom

Praça dos Tribunais Superiores
SAS Quadra 2, Bloco A, Edifício-Sede I, sala 3
CEP: 70095-900
Fones: (61) 3314.5371/79 Fax: (61) 3226.4985
e-mail: ascom@trf1.jus.br

STOCK.XCHING

DIAGNÓSTICO DE QUALIDADE DE VIDA



Pesquisa revela como está a qualidade de vida no trabalho na Primeira Região

6 Capa

Diagnóstico sinaliza necessidade de atenção à qualidade de vida no trabalho de magistrados e servidores

Acesse www.trf1.jus.br

Acesse

 Portal do TRF1	 Consulta Processual
Portal do TRF1	Consulta processual da Primeira Região
 e-Cint	 e-Proc
Sistema de Citação e Intimação Eletrônica	Sistema de Petição Eletrônica

Primeira Região em Revista/ Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Assessoria de Comunicação Social. – Vol.1, n.1 (maio 2010)- - Brasília : TRF-1ª Região, 2010- - v.

Mensal
Publicada também *on line*
Continuação de: Revista Destaque
ISSN 2238-3476 (publicação impressa)

1. Justiça Federal – Periódico I. Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Assessoria de Comunicação Social.

CDD 341.992

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca



INTERNET

18 História

“Cápsula do Tempo”
ganha novos
documentos de registro
da obra da nova sede



EUWALDO PINHO

44 Por aí

Nas águas do
Oceano Índico



INTERNET

50 Saúde

Sete tipos de câncer
entram para a lista dos
mais comuns

33 Gestão

Encerrada a administração do biênio 2010-2012

38 Artigo

Controle da Convencionalidade

Por Valério Mazzuoli – professor doutor e palestrante da Esmaf/ 1.ª Região

40 Panorama Primeira Região

Acompanhe os principais acontecimentos nas seções e subseções judiciárias

48 Comportamento

Na contramão da liderança

Por Shirley Pontes



Diagnóstico mostra as condições de trabalho no TRF da 1.ª Região

PESQUISA REVELA O QUE PENSAM E SENTEM MAGISTRADOS, SERVIDORES E OUTROS COLABORADORES SOBRE A QUALIDADE DE VIDA NO COTIDIANO DO TRIBUNAL E DAS SEÇÕES JUDICIÁRIAS DA 1.ª REGIÃO

O Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região, em evento ocorrido no dia 17 de abril, no Salão Nobre, recebeu os resultados da pesquisa feita pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Ergonomia Aplicada ao Setor Público (ErgoPublic), que se constituíram no diagnóstico de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT).

Os resultados foram apresentados pelo professor doutor Mário César Ferreira, psicólogo com pós-doutorado em Ergonomia Aplicada à Qualidade de Vida no Trabalho, que, na condição de coordenador do grupo, comentou cada um dos relatórios resultantes da consolidação de dados e informações contidas em uma série de inventários.

Originados da pesquisa feita entre 8 de janeiro e 29 de fevereiro, no âmbito do TRF e seções judiciárias da 1.ª Região, os inventários reuniram questionários respondidos por 5.164 pessoas, entre magistrados, servidores, colaboradores terceirizados e estagiários, número este que representa cerca de 40% dos 13.129 indivíduos que

atuam nessa área de jurisdição.

A pesquisa teve por objetivo conhecer as necessidades e a opinião de todos os que trabalham no Tribunal e na Justiça Federal da 1.ª Região, sobre as condições e a organização do trabalho, as relações socioprofissionais, o ambiente funcional, o reconhecimento e as oportunidades de crescimento profissional, entre outros pontos.

O professor Mário César destacou a importância do diagnóstico ao dizer que "é fundamental e estratégico porque permite aos dirigentes e gestores verem concretamente como os servidores percebem a qualidade de vida no trabalho. Nesse sentido, ele fornece subsídios valiosos para o desenho de programas, projetos e ações e a formulação de uma política de qualidade de vida no trabalho".

Na condição de representante do TRF da 1.ª Região no evento, a diretora da Secretaria de Recursos Humanos do Tribunal, de onde partiu a iniciativa, Ruth da Cruz

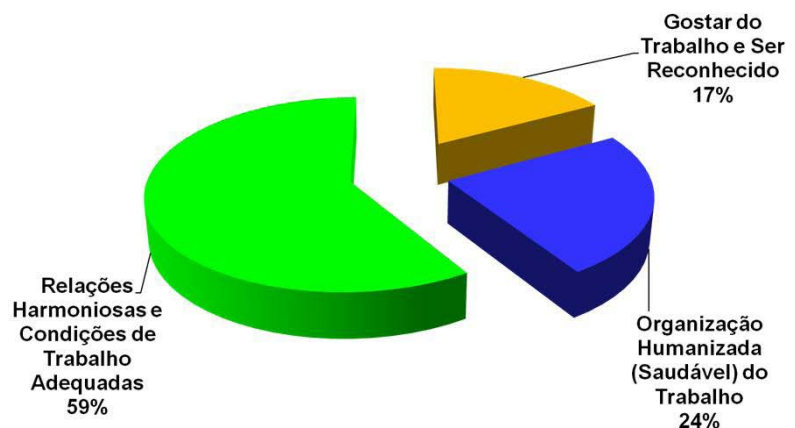
Resultados do Diagnóstico de Qualidade de Vida no Trabalho na Justiça Federal da Primeira Região

Prof. Dr. Mário César Ferreira
Prof. MSc. Rodrigo Ferreira
Mestranda Lúvia Carolina

Brasília DF, Abril 2012



Na minha opinião, Qualidade de Vida no Trabalho é...



Síntese do Perfil dos Participantes da Pesquisa

Variáveis Demográficas:

Sexo: Feminino (54%)

Escolaridade: Especialização (38,5%)

Faixa-Etária: 36 a 45 anos (32,4%)

Tempo no Órgão: 7,9 anos; DP: 7,5

Variáveis Profissiográficas:

Órgão: Seções Judiciárias (52,2%)

Cargo: Téc. Judiciário, Administrativo (34,6%)

Cargo ou Função Comissionada: FC (65,6%)

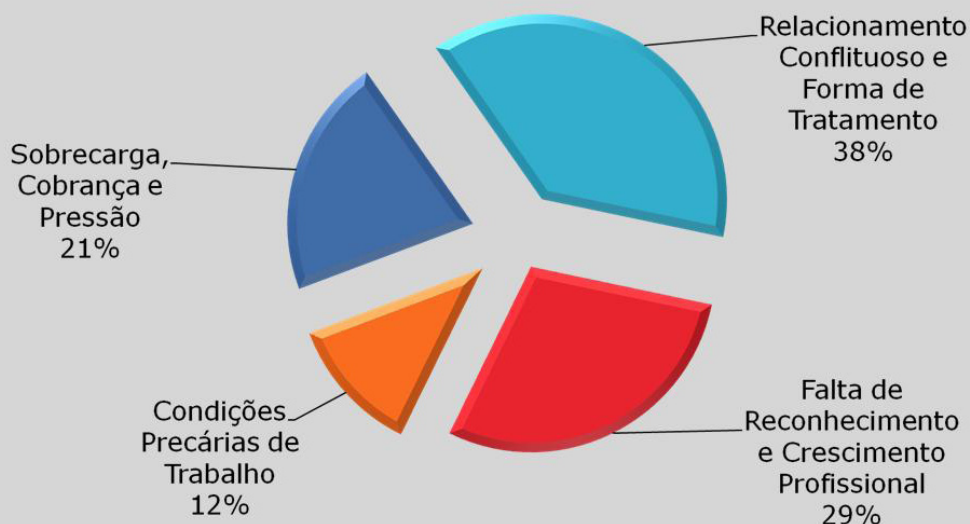
Seção Judiciária: Goiás (41,53%)

Vaz, avalia que “a pesquisa contribui imensamente para o desenvolvimento do TRF da 1.ª Região, por constituir um marco inicial na construção de uma política de qualidade de vida no trabalho.” Segundo a dirigente, o fato de ter surgido um indicativo de que o TRF está em “situação limítrofe” entre o “bem-estar e o mal-estar” na qualidade de vida no trabalho “acende uma luz amarela”. No entanto, como possibilidade de solução para o problema, Ruth elenca algumas providências, tais como: “a construção de uma política de qualidade de vida, com diretrizes, estratégias e ações que possam proporcionar o reconhecimento profissional e o bem-estar em relação à organização e às condições do trabalho.”

Por que a pesquisa de QVT no TRF da 1.ª Região?

Segundo Ruth Vaz, havia algum tempo a Secre discutia a ideia de se buscar informações acerca do grau de satisfação das pessoas que trabalham no TRF e respectivas seccionais como forma de avaliar o que os especialistas em recursos humanos chamam de “clima organizacional”. Bem amadurecida, a ideia se transformou em proposta de trabalho com o objetivo de ouvir aquele público e assim conhecer suas opiniões a partir das experiências vividas no dia a dia da labuta, saber das frustrações e das

O Que Causa Mais Mal-Estar no Trabalho na JF1R é...





MAURO PEREIRA

O professor doutor Mário César Ferreira apresenta ao público do TRF os resultados da pesquisa que avaliou pela primeira vez a qualidade de vida no trabalho da Primeira Região

expectativas, o que há de bom e de ruim no ambiente e nas condições de trabalho que, de alguma forma, possa interferir no bem-estar e na saúde do trabalhador. No caso de haver aspectos negativos, providências devem ser tomadas com alguma brevidade, pois que, ao cabo de um processo de degradação, se instaurado, desestabiliza o meio organizacional com consequências danosas para as pessoas, as instituições e a sociedade.

Dessa forma, o trabalho de pesquisa de QVT feito por meio de inventários de avaliação quantitativa e qualitativa se apoia em “três eixos distintos e interdependentes para intervenção”, como mostrado pelo professor Mário César durante apresentação dos resultados: “zona de mal-estar no trabalho (agir urgentemente no campo da Organização do Trabalho); zona de transição (ações a curto e médio prazo) e zona de bem-estar no trabalho (ações a curto, médio e longo prazo) para consolidar e ‘exportar’ as experiências positivas para o conjunto da Justiça Federal da 1.ª Região”.

Por fim, o relatório aponta que “É fundamental divulgar os resultados do diagnóstico para todos da Justiça Federal da 1.ª Região, para responder às expectativas criadas e, sobretudo, tomada de consciência para o enfrentamento dos desafios postos pelo diagnóstico.” E conclui: “Há, certamente, um conjunto de desafios que é da governabilidade dos dirigentes e gestores da

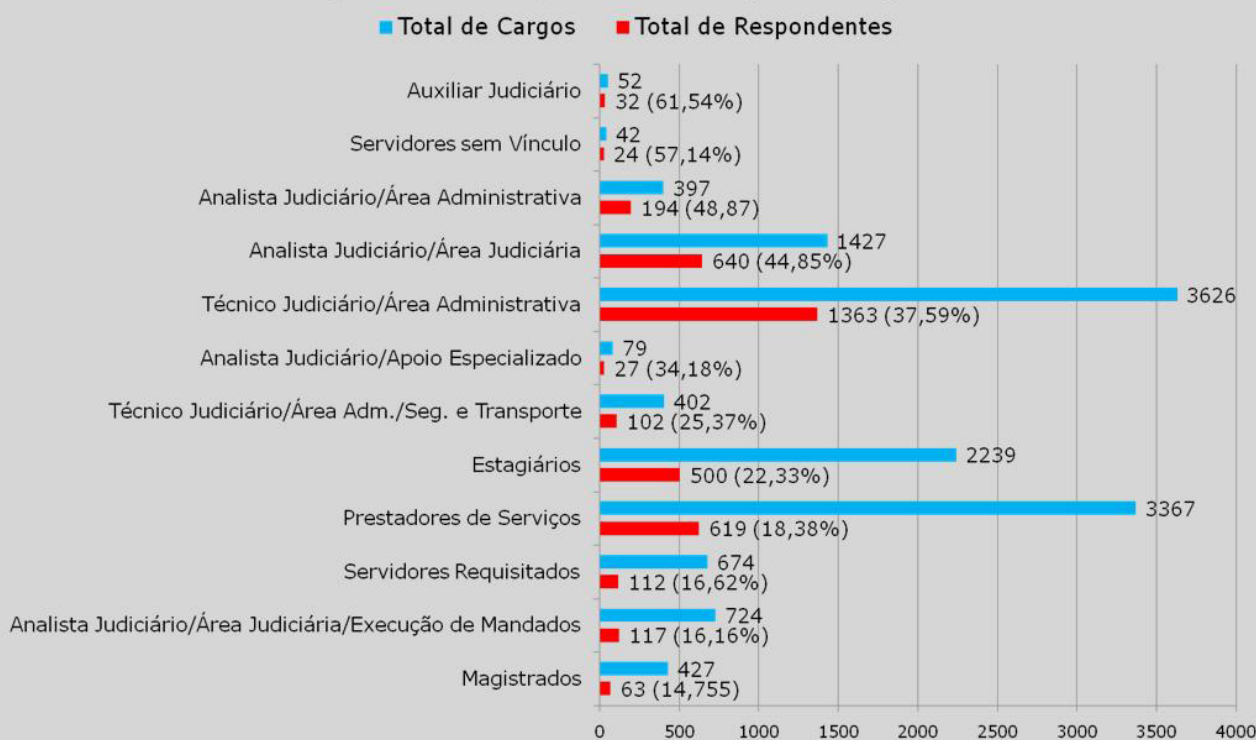
Justiça Federal da 1.ª Região e outro que implica e requer iniciativas no âmbito do Poder Judiciário brasileiro”.

A pesquisa de QVT no TRF da 1.ª Região

A qualidade de vida no trabalho, isto é, a sensação de mal-estar ou de bem-estar, foi aferida mediante os resultados apurados a partir de respostas dadas a um questionário com cinco variáveis: 1- condições de trabalho (local, espaço, temperatura, iluminação, equipamentos); 2- organização do trabalho (prazos, fiscalização, cobrança, ritmo, normas); 3- relações socioprofissionais de trabalho (harmonia, liberdade, diálogo, cooperação, confiança); 4- reconhecimento e crescimento profissional (dedicação, oportunidade, equidade, incentivo, desenvolvimento); e 5- elo trabalho-vida social (tempo passado no trabalho, sentimento de utilidade, família, amigos). Os resultados aferidos a partir da análise dessas variáveis obtidas pelas respostas aos questionários constituem indicadores que podem apontar desde “Risco de Adoecimento” (resultado negativo), caso constatasse a predominância de “Mal-estar Dominante”, até o “Bem-estar Dominante”, que neste caso aponta “Promoção da Saúde” (resultado positivo). Dessa forma, a pesquisa revelou que, para 79,51% dos profissionais que trabalham no TRF da 1.ª Região, a situação atual é de “Bem-estar Dominante”.

Quando os pesquisadores analisaram e avaliaram as respostas obtidas ao perguntar “quando penso sobre o

Distribuição dos Respondentes por Cargos na JF1R



meu trabalho na Justiça Federal da 1.ª Região, o que me causa mais bem-estar é...”, encontraram resultados do tipo: ajudar na promoção da Justiça (30%), fazer o que gosta (20%), dispor de ambiente social harmonioso e confortável (16%), ter convivência agradável com os colegas (15%) e aprender e aplicar conhecimentos (7%).

Por outro lado, quando indagados sobre “quando penso em trabalhar na Justiça Federal da 1.ª Região, o que me causa mais mal-estar é...”, as sínteses das respostas dos entrevistados são as seguintes: relacionamento conflituoso e forma de tratamento (38%); falta de reconhecimento e crescimento profissional (29%); sobrecarga (de trabalho), cobrança e pressão (21%); e condições precárias de trabalho (12%).

Por fim, a pesquisa solicitou aos profissionais entrevistados que fizessem comentários e sugestões sobre a qualidade de vida no trabalho. Ao sintetizá-los, surgiram seis registros importantes. Dois se referiam a queixas: descompasso entre carga de trabalho e disponibilidade de pessoal (20%) e defasagem salarial (10%). Os outros quatro são: realização de atividades de qualificação permanente (29%), felicidade em trabalhar na Justiça Federal da 1.ª Região (16%), sugestões de melhoria na Justiça Federal da 1.ª Região (16%) e elogios e expectativas em relação ao diagnóstico (9%).

Indagado sobre qual seria a sua avaliação sobre a qua-

lidade de vida no âmbito do TRF da 1.ª Região, disse o professor Mário César Ferreira: “os resultados apontam aspectos positivos e negativos. Do ponto de vista mais geral, os respondentes identificam uma vivência de bem-estar, embora seja limítrofe, muito próxima de uma zona mais crítica. Depois, eles apontam, do ponto de vista mais crítico, mais negativo, os aspectos mais ligados a organização do trabalho. O que é organização do trabalho? São regras, rotinas, procedimentos, ritmo, pressão e cobrança, isso apareceu com avaliação que realmente requer uma atenção porque isso está colocando em risco a saúde de quem trabalha na Justiça Federal da 1.ª Região”.

Ao finalizar sua fala, o professor mencionou ainda o TRF da 1.ª Região como referência e parabenizou a instituição: “Porque o trabalho que foi realizado aqui é um diferencial no Poder Judiciário brasileiro, porque privilegiou um diagnóstico de natureza científica, convocando cada servidor para opinar. Portanto, é uma perspectiva de participação, e a gente não vê isso no Poder Judiciário. No Poder Judiciário há mudanças e inovações, às vezes modernização, mais de natureza excludente. [Ele] Não convoca as pessoas para esse processo. Então, o que o TRF da 1.ª Região está fazendo é realmente um trabalho diferente, modernizador e uma postura de vanguarda no judiciário brasileiro”, afirmou. ■



A grafia não convencional de “auxílio-material-escolar”

▼ MÁRCIA MURÇA BARROSO

O processo de composição de uma palavra pode se dar por aglutinação, como é o caso de “pernilongo” (perna+longa), ou por justaposição, como é o de “perna-de-pau”. Na aglutinação, quando há perda ou alteração fonética de uma ou mais palavras integrantes do composto, jamais se emprega o hífen. Já na justaposição, em que as palavras permanecem inalteradas, a presença do hífen marca o papel de parte da significação de cada uma delas na formação de um sentido novo, como ocorre em “guarda-florestal”, “banana-maçã” e “peixe-boi”; e a ausência, o afastamento dos falantes em relação a tal função, como se dá em “pontapé”, “girassol” e “mandachuva”.

Esse emprego do hífen é bem conhecido do usuário de nossa língua. O problema ocorre quando ele se vê diante de certos grupos de palavras sem ter a noção de que podem carregar uma unidade de sentido. Para compreender mais facilmente o conceito de tal unidade, ele pode observar como se comportam algumas estruturas de mais de dois radicais – parte das palavras que contém o sentido, por isso chamada de “semantema”.

“Mico-leão-dourado”, por exemplo, nomeia uma espécie de “mico-leão”, composto formado anteriormente para designar um tipo de primata com algumas características do leão, como a juba. Por nomear uma espécie, carregando um só significado, diferente daquele do composto de origem, “mico-leão-dourado” apresenta-se como uma só palavra, com hífen entre todos os elementos.

Outro exemplo inclui um vocábulo desprovido de radical, a preposição, que tem função de conectivo: “ostra-pé-de-cavalo”. As regras atuais de ortografia aboliram praticamente o hífen nas locuções em que há preposição, por considerar já existir nelas um vínculo sintático bastante firme, capaz de consolidar vários desses sintagmas em nosso vocabulário. Em “ostra-pé-de-cavalo”, porém, existe a necessidade de unir graficamente todos os elementos para instituir um nome, assim como na formação de outras designações do campo da botânica e da zoologia.

Dúvida renitente emergiu da necessidade de grafar “au-

xílio-material-escolar”, principalmente pelo fato de “material escolar” prescindir do hífen, diferentemente do que ocorre com “auxílio-material”. A denominação do auxílio para a compra do material escolar, porém, deve ter sua unidade de construção e de sentido marcada pelos hífenes (ou hifens). A grafia de “auxílio-material”, acertadamente com hífen, junto de “escolar” (“auxílio-material escolar”), sem hifenização, não transmite essa unidade, ficando o adjetivo “escolar” desvinculado do substantivo “material”, passando a poder vincular-se ao composto “auxílio-material”, cujo principal elemento é “auxílio”. Essa grafia, por isso, distorce a ideia original de denominação do benefício, “destinado ao custeio parcial das despesas com aquisição de material escolar básico aos dependentes” (Resolução n.º 670.026 – grifo deste artigo)¹. Aliás, se fosse instituído um auxílio para compra de casa própria, não o poderiam denominar “auxílio-casa própria” (composto de gênero masculino com adjetivo feminino) ou, sem que haja distorção de sentido, “auxílio-casa próprio”. Restaria a escrita “auxílio-casa-própria”, assim como a de “auxílio-doença-de-chagas”, “auxílio-material-pessoal”, etc.

É inevitável a oficialização do registro “auxílio-material”, mas isso não significa haver impedimento à ocorrência de outro, o de “auxílio-material-escolar”, que, por ser nome mais específico, fará parte do vocabulário oficial, talvez, só nos próximos anos. A condição? O uso do termo pelos falantes e a aceitação desse emprego por nossos acadêmicos, que mostram uma compreensível preocupação com a formação subsequente de outras centenas de compostos.

São exemplos, entre muitos, de formação em que se exige a presença de hífen para propiciar a unidade semântica: “abelha-italiana-amarela”, “milhete-branco-do-egito”, “cabeça-dura-prego”, “caixarenses-do-rio-do-vento”, “canela-capitão-mor”, “martim-pescador-pintado”, “porta-guarda-chuva”, “tenente-coronel-aviador”, “para-sol-da-china”, “peixe-agulha-d’água-doce”, “couve-saboia-de-olhos-repolhudos”, “bem-te-vi-pintado”, “feijão-branco-das-canárias”, “feijão-cutelinho-roxo”, “parece-mas-não-é”, “telão-de-seda-azul”, “tem-tem-coroado”, “azulão-de-cabeça-encarnada”. ■

¹ Emile Benveniste define a função do composto: “transferir para o virtual a relação atual de predicação enunciada pela oração de base” (citado por Evanildo Bechara, in *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl. Editora Lucerna, 2004).

DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR AMORIM RECEBE HOMENAGEM DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

O desembargador federal Leomar Amorim foi condecorado no dia 3 de abril, com a Ordem do Mérito Judiciário Militar (OMJM). A cerimônia ocorreu na parte externa do edifício-sede do Superior Tribunal Militar (STM) e foi conduzida pelo presidente daquele tribunal, ministro Álvaro Luiz Pinto. O evento fez parte das comemorações dos 204 anos da Justiça Militar da União.

OMJM – Criada em 1957, a Ordem do Mérito Judiciário Militar destina-se a homenagear autoridades dos três poderes e cidadãos brasileiros e estrangeiros que tenham prestado reconhecidos serviços à Justiça Militar.



ANTONIO SARAIVA

TRF RECEBE A VISITA DE PROFESSOR DE UNIVERSIDADE AMERICANA

O presidente Olindo Menezes recebeu no dia 13 de abril, no gabinete da Presidência, a visita do professor da Samford University, Cumberland and School of Law, Michael D. Floyd, da desembargadora do Tribunal de Justiça de São Paulo e professora adjunta da universidade, Maria Cristina Zucchi, do diretor da Escola de Magistratura Federal (Esmaf), desembargador federal Carlos Moreira Alves, e do juiz federal André Prado Vasconcelos.

Na oportunidade, falou-se sobre a possibilidade de celebração de convênio entre o tribunal e a universidade para a concessão de bolsas de estudos a juízes federais na Samford University. De acordo com a desembargadora Maria Cristina Zucchi, o formato do curso de mestrado em direito comparado oferecido pela universidade é voltado para o magistrado brasileiro. “Sabemos que o juiz brasileiro não pode se afastar do cargo por dois anos. Por isso, o curso é dividido da seguinte forma: dois meses de aulas presenciais no primeiro, e dois meses no segundo ano. O resto do tempo é disponibilizado para que os magistrados possam elaborar sua tese.”

A desembargadora também destacou que as atividades dos juízes que finalizam o mestrado não terminam com a apresentação da tese. “Os ex-alunos continuam atuando junto à universidade, desenvolvendo novos trabalhos, participando de seminários, entre outras atividades.” O presidente Olindo Menezes ressaltou a importância desse tipo de atividade para a contínua capacitação dos magistrados brasileiros. “Acho importante esse intercâmbio de conhecimentos, especialmente para os juízes mais novos. Nós, do TRF da 1.ª Região, estamos sempre trabalhando para o aperfeiçoamento da magistratura.” O professor da Samford University Michael Floyd agradeceu a receptividade do presidente Olindo Menezes e afirmou ser muito importante para a universidade realizar esse tipo de trabalho no Brasil.



MARCOS BRANDÃO

PRESIDENTE OLINDO MENEZES SE DESPEDE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

O Conselho da Justiça Federal (CJF) esteve reunido em sessão ordinária na tarde do dia 16, em Brasília. O encontro registrou a despedida do conselheiro Olindo Menezes por ocasião do encerramento do mandato de presidente do TRF/ 1.^a Região no dia 25 de abril.

A sessão apreciou pauta com 12 itens, dos quais, dois de interesse do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.^a Região. O primeiro processo referiu-se às subseções judiciárias de Cáceres e Sinop, ambas integrantes da Seção Judiciária de Mato Grosso, que receberam autorização para construção dos prédios-sede, e à Seção Judiciária de Roraima, autorizada a efetuar as obras de ampliação do prédio-sede na capital, Boa Vista. O segundo processo apreciado e aprovado pelo CJF trata de autorização para início do projeto de construção do edifício-sede da Justiça Federal na cidade de Campo Formoso, no Estado da Bahia.

Antes de encerrar a sessão, o ministro Ari Pargendler elogiou a atuação de Olindo Menezes, dizendo-se impressionado, "sobremaneira", com o trabalho realizado durante sua atuação como membro do Conselho, elogiando,



MARCOS BRANDÃO

ainda, o "grande trabalho" empreendido à frente do TRF. Em seguida, em nome dos demais conselheiros, o ministro Pargendler entregou a Olindo Menezes placa alusiva aos dois anos em que atuou como membro do Conselho da Justiça Federal.

Ao final, o desembargador Olindo Menezes, em tom emocionado, agradeceu todos os elogios recebidos, dizendo que espera ter cumprido sua missão com seriedade, proficiência, e que leva do CJF o aprendizado das boas lições.

DESEMBARGADOR SOUZA PRUDENTE PROFERE PALESTRA EM CONGRESSO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE



LUIZ XAVIER

A Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa) promoveu, de 18 a 20 de abril, o XII Congresso Brasileiro do Ministério Público do Meio Ambiente, no Auditório JK da Procuradoria-Geral da República, em Brasília/DF. No dia 20, o desembargador federal Souza Prudente proferiu palestra sobre "O Controle Judicial das Políticas Públicas Ambientais no Contexto do Desenvolvimento Sustentável". Além de conferências e painéis, o congresso realizou oficinas de capacitação, abertas para todo o público inscrito, com especialistas em diversos temas de interesse da área ambiental.



Além da gaiola

TRF/ 1.ª REGIÃO NEGA PEDIDO DO IBAMA E MANTÉM A GUARDA DA ARARA DE ESTIMAÇÃO "CHIQUITA FERREIRA" COM FAMÍLIA DE MINAS GERAIS

▼ JAIR CARDOSO

Cães, gatos, peixes, periquitos, papagaios, araras, hamsters, cobras. Muitos são os animais domesticados pelas pessoas. Normalmente, os bichinhos, adotados ainda filhotes, são criados como mais um membro da família. Esse é o caso do papagaio Rafael, conhecido como "papagaio

flamenguista", criado há muitos anos por Dona Sebastiana Braga da Silva em Rondônia.

Porém, não são todos os animais que podem ser domesticados. A Lei dos Crimes Ambientais (9.605/98) proíbe a guarda doméstica de animais silvestres sem a autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Minerais Renováveis (Ibama), caso do papagaio Rafael.

Certo dia, Dona Sebastiana foi surpreendida por fiscalização realizada pela patrulha ambiental do Estado de Rondônia, que apreendeu o papagaio de estimação. Dona Sebastiana conta que aquele foi "Rafael está comigo desde filhote, ele nasceu no meio do mato em um corro e estava sendo atacado por formigas quando eu o encontrei." Após a separação, Rafael foi levado para Rondônia. "Cheguei a passar mal enquanto ele estava em Rondônia", conta Dona Sebastiana. Hoje, Rafael está em Minas Gerais, onde vive com a família. "Ele está se adaptando muito bem ao convívio conosco", conta Dona Sebastiana.

Hoje, por determinação do juiz Cristiano Nacif, da 5.ª Vara Ambiental de Rondônia, a situação do papagaio flamenguista está de volta ao lar, onde vive com Dona Sebastiana. Em sua decisão, o magistrado já estava fora de seu *habitat* natural quando foi encontrado adaptado ao convívio h



SERPA AMARAL

tou que a manutenção da circunstância de a ave estar longe de Dona Sebastiana poderia acarretar graves prejuízos ao animal, inclusive no tocante à própria sobrevivência.

Caso semelhante chegou ao Tribunal Regional Federal da 1.ª Região. Trata-se de “Chiquita Ferreira”, uma arara criada em Minas Gerais carinhosamente pela família de Seu Edson Ferreira desde filhote. A relação foi interrompida quando uma fiscalização promovida pelo Ibama resultou na apreensão do animal. Segundo a autarquia, a Lei dos Crimes Ambientais estabelece como crime “matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida.”

Inconformado com a atuação do Ibama, tendo em vista a saudável convivência do animal com a família, o senhor Edson Ferreira ingressou com mandado de segurança na 10.ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais. No pedido, ele sustentou a tese de que a ave, após longos anos de convívio numa casa de família, jamais se adaptará à vida selvagem: “Esta ave nunca aprenderá a buscar seu próprio alimento na mata, não se entrosará em bandos da sua espécie e não saberá defender-se numa situação de perigo.” Após analisar o caso, o juízo da 10.ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais concedeu a guarda doméstica provisória da arara.

A sentença motivou o Ibama a recorrer ao TRF da 1.ª Região defendendo a legalidade de sua atuação, sob o argumento de que “o impetrante foi autuado por manter em cativeiro pássaros da fauna silvestre brasileira, sem a autorização da autarquia.”

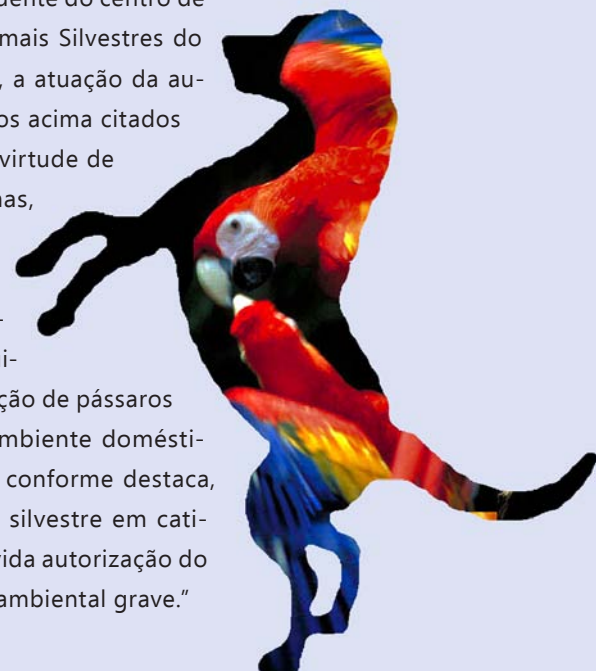
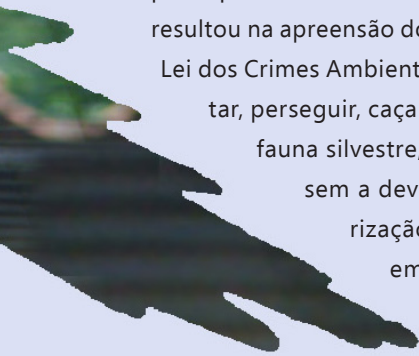
O relator do processo, desembargador federal Daniel Paes Ribeiro, afirmou em sua decisão que constam nos autos fotografias que comprovam “que o espécime em questão vive em harmonia com a família” da qual é patriarca o

senhor Edson Ferreira. Além disso, conforme ressalta o magistrado, em nenhum momento o Ibama demonstrou que a arara tenha sido objeto de maus tratos, bem como não há nenhum indício de que o senhor Edson desenvolva atividade econômica ligada à comercialização de animais silvestres.

Para o desembargador, em casos como este, a atuação do Ibama acaba por contrariar os próprios princípios que norteiam as atividades da autarquia, “porquanto a inserção de “Chiquita Ferreira” no meio selvagem acaba pondo em risco a integridade da ave, afeita que está ao ambiente doméstico no qual vive há longos anos”.

Os casos de Dona Sebastiana e Seu Edson tiveram em comum a atuação de órgãos ambientais que prezam pela proteção da fauna silvestre, entre eles o Ibama, uma autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. O órgão tem como principais atribuições exercer o poder de polícia ambiental; executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental; e executar as ações supletivas de competência da União de conformidade com a legislação ambiental vigente.

No caso que envolve a apreensão de “Chiquita Ferreira”, a arara criada pela família do senhor Edson, o Ibama exerceu seu poder de polícia. Segundo Luiz Eduardo Nunes, superintendente do centro de Triagem de Animais Silvestres do Distrito Federal, a atuação da autarquia nos casos acima citados não se deu em virtude de maus tratos, mas, sim, porque a legislação ambiental estabelece alguns requisitos para a criação de pássaros silvestres em ambiente doméstico. Além disso, conforme destaca, “manter animal silvestre em cativeiro, sem a devida autorização do Ibama, é crime ambiental grave.”



Criação em cativeiro – Um dos requisitos para a criação legal de animais silvestres é a forma de aquisição. No caso de papagaios, araras ou qualquer outro animal da fauna brasileira, a compra do animal deve ser feita de um criador comercial devidamente registrado pelo Ibama. “Mas isso não basta. Todos os animais comercializados vivos devem possuir sistema de marcação aprovado pelo Ibama, vir acompanhado de documentos de procedência e nota fiscal que comprovem a origem lícita do animal”, explica o superintendente Luiz Eduardo Nunes.

Esse é o caso de Wesley Junqueira (fotos), que cria em sua casa uma jiboia amazônica macho, chamada “Panthro”, adquirida de um dos poucos criadouros legalizados pelo Ibama. Ele conta que para adquirir um animal legalizado não é fácil. “Primeiramente é preciso procurar a lista dos criadouros legais. Depois é preciso superar toda a burocracia estabelecida pela autarquia”.

Junqueira explica que qualquer animal pode ser criado de forma adequada pelo ser humano. Para isso, basta conhecer um pouco sobre a espécie. No caso de uma cobra, não há muitos segredos: “Cobra é o animal mais simples de se criar. Não ocupa muito espaço, se alimentam com pouca frequência,

são dóceis, de fácil manuseio, e se adaptam ao meio de forma incrível. Além disso, não transmitem doenças aos humanos”, destaca Wesley, que é presidente do Grupo de Criadores de Animais Silvestres Nativos e Exóticos do DF (CASEDF).

O superintendente do Ibama destaca que a autarquia não é contra a criação de animais silvestres em cativeiro, desde que nos mesmos moldes de Wesley Junqueira, que seguiu todas as normas ambientais. “É ilegal a captura de aves ou qualquer outro animal silvestre na natureza para mantê-los como animais de estimação, mesmo quando a captura é feita com boas intenções”, ressalta Luiz Eduardo Nunes ao citar o caso de Dona Sebastiana, que salvou o papagaio Rafael de um ataque de formigas.

Ainda segundo o superintendente, o Ibama não regulariza nenhuma espécie de animal silvestre, seja ave, mamífero, ou réptil, que não tenha comprovante de origem legal. “Mesmo sendo muito bem tratados, o papagaio de Dona Sebastiana e a arara do Seu Edson encontram-se em situação irregular, por isso ambos tiveram os animais apreendidos”. Nestes casos, poderá haver prisão e multa, que pode variar de R\$ 500,00 a R\$ 5 mil, conforme estipula a Lei 9.605/98 e o Decreto 6.538/08.



FOTOS: ARQUIVO PESSOAL





CURIOSIDADES

O apego ao animal de estimação pode ser tão grande, que uma separação judicial pode causar prejuízos à saúde de humanos e animais. Para evitar esse tipo de dano, o deputado federal Marco Aurélio Ubiali (PSB-SP) propôs projeto de lei para regulamentar a guarda compartilhada de animais de estimação em casos de divórcio. A medida busca resolver a questão pelo vínculo afetivo que as pessoas criam com os animais que viram alvo de briga judicial. De acordo com o PL, o animal seria tratado como um membro da família, e não como um bem do casal.

Estatística – A atuação do Ibama não é feita por acaso. Dados estatísticos revelam que somente em 2011 o Centro de Triagem de Animais Silvestres do Distrito Federal (CETAS/DF), local destinado à recuperação e devolução de animais silvestres à natureza, recebeu 4.045 animais. Desse montante, 3.213 aves, 292 mamíferos e 540 répteis, todos oriundos de apreensão, captura, resgate ou entrega voluntária.

Porém, as estatísticas não retratam apenas números ruins. Dados da Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (RENCTAS) demonstram que o número de animais silvestres domesticados no mundo só aumenta, especialmente no Brasil. A pesquisa, divulgada pelo Ibope, revela que existe, atualmente, em nosso País, cerca de 65 milhões de animais silvestres nas residências brasileiras. O número supera, inclusive, o de cães e outros animais domésticos.

Relação afetiva – A atuação de órgãos protetores da fauna silvestre não é a única semelhança entre os casos de Dona Sebastiana e Seu Edson: a relação afetiva existente entre os animais e os humanos também está presente. Mas até que ponto a interrupção dessa relação causaria prejuízos à saúde dos animais e dos humanos envolvidos?

De acordo com a psicóloga Luciana Moreira de Oliveira, especialista em divórcios, o sentimento de apego entre humanos e animais pode ser tão forte quanto o de duas pessoas. “Dona Sebastiana disse que chegou a passar mal enquanto dava uma aula. Isso é extremamente normal. A

ausência do papagaio pode ser equiparada à morte de um ente querido”, afirma.

Já com relação aos animais, Paulo Franco, biólogo responsável da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, explica que as decisões da Justiça Federal em manter o vínculo afetivo entre as aves e os humanos foram corretas, mas destaca que o animal silvestre nunca perde seu instinto. “Os costumes e hábitos adquiridos pelo animal durante a domesticação podem afetá-lo durante algum tempo, contudo ele logo se readapta à natureza”, explica o biólogo ao afirmar que existem procedimentos e técnicas de manejo apropriados para animais domesticados, condicionando-os à vida fora do *habitat* mantendo, inclusive, suas características e garantindo a reprodução natural.

Separação – Os casos do papagaio Rafael e da arara Chiquita Ferreira envolveram animais silvestres, mas casos semelhantes também ocorrem com animais domésticos, como cães e gatos. Decisão recente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) concedeu a guarda compartilhada do cão de estimação a um casal recém-separado.

A decisão, até certo ponto surpreendente, não é uma exclusividade brasileira. Na Espanha, uma sentença concedendo a guarda compartilhada do cão de estimação a um casal separado há cinco anos virou manchete de jornal. Na ocasião, o magistrado espanhol determinou que “Laude” fique seis meses com cada um dos donos, sucessivamente. ■

Vice-Presidente
Desembargador Federal CARLOS OLAVO PACHEGO DE MEDEIROS
Corregedor-Geral
Desembargador Federal JIRAIR ARAM MEGUERIAN

Desembargadores Federais:

FERNANDO DA COSTA TOURINHO NETO
ANTÔNIO AUGUSTO CATÃO ALVES
CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUZA
OLINDO HERCULANO DE MENEZES - Comissão de Obras
MÁRIO CÉSAR RIBEIRO
LUCIANO FRANCO TOLENTINO AMARAL
CÂNDIDO RIBEIRO - Comissão de Obras
HILTON JOSÉ GOMES DE QUEIROZ
CARLOS EDUARDO MAUL MOREIRA ALVES
ITALO FIORAVANTI SABO MENDES
JOSÉ AMILCAR DE QUEIROZ MACHADO
ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
DÂNIEL PAES RIBEIRO
LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA
JOÃO BATISTA GOMES MOREIRA - Comissão de Obras
SOUZA PRUDENTE
BELENE MARIA DE ALMEIDA
SEBASTIÃO FAGUNDES DE DEUS
ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
MÁRIA SABEL DINIZ CALLOTTI ROQUE
MÁRIA DO CARMO CARBOSO
LEDIRAR BARRIOS AMORIM DE SOUSA
NEUZA MARIA ALVES DA SILVA
FRANCISCO DE ASSIS BETTI

Diretor-Geral
FELIPE DOS SANTOS JACINTO



FOTOS: BETO NOCITI

Registro da história da nova sede do TRF

URNA CONSIDERADA MARCO INICIAL DA OBRA RECEBE
NOVOS DOCUMENTOS

▀ MARA BESSA

No dia 3 de abril, o TRF da 1.^a Região celebrou a inserção de documentos no marco inicial da obra da nova sede do Tribunal, que abriga a urna chamada “Cápsula do Tempo”.

O monumento foi inaugurado, em fevereiro de 2008, pela então presidente do Tribunal, desembargadora federal Assusete Magalhães. Naquela ocasião, foram guardados os primeiros documentos referentes à construção da nova sede do TRF, entre eles projetos executivos de arquitetura, vídeos, objetos e o jornal local do dia.

O presidente do TRF, desembargador federal Olindo Menezes, em seu discurso, falou da recuperação do marco inicial. “Quando a obra foi iniciada, este marco foi posto.



Houve um desencontro no caminho, e o marco foi abandonado. O material que nele fora colocado estragou por causa desse inconveniente. Recuperamos os documentos e, hoje, estamos recolocando mais material relativo à retomada da obra”, afirmou o magistrado.

Esclareceu o presidente Olindo Menezes sobre a finalidade do monumento: “Vamos recolocar o material para que a memória da obra deste tribunal fique preservada para as futuras gerações”; e explicou, ainda em discurso, que é ele composto por dois marcos: o da construção – que definiu o início das obras – e o da inauguração – que será lançado para comemorar a conclusão das obras e o início do funcionamento das novas instalações, previstos para dezembro de 2015.

Em seguida, o presidente, juntamente com o corregedor regional da Justiça Federal da 1.ª Região e presidente da Comissão de Obras, desembargador federal Cândido Ribeiro, com a desembargadora federal Assusete Magalhães, e com o diretor-geral do TRF, Felipe Jacinto, procederam à

inserção do material na Cápsula do Tempo. Foram guardados os documentos inseridos em 2008 – que passaram por higienização – e outros que atualizam a história da construção da nova sede, como a publicação Primeira Região em Revista – Edição Especial Nova Sede e arquivos digitais de notícias sobre a obra publicadas no sítio do Tribunal.

O monumento será lacrado apenas após a inclusão dos documentos relativos à inauguração da nova sede. A reabertura da urna ocorrerá na solenidade comemorativa dos trinta anos de inauguração das novas instalações do TRF da 1.ª Região, e o acervo será transferido para o memorial do órgão.

A solenidade contou também com a presença dos juízes federais José Alexandre Franco – em auxílio à Presidência –, Saulo Casali e Lino Osvaldo Serra Sousa Segundo – em auxílio à Corregedoria Regional –, do diretor da Secretaria de Administração (Secad), Ruitter Roberto Ramos, do diretor da Divisão de Engenharia e Manutenção (Dieng), Murito Brito, além de diretores de secretarias do Tribunal e de servidores. ■

Presidente Olindo Menezes ao lado dos desembargadores federais Cândido Ribeiro e Assusete Magalhães e dirigentes do Tribunal durante solenidade



Subseção Judiciária de Pouso Alegre instala a 2.ª Vara Federal

REFORÇO NO ATENDIMENTO DOS JURISDICIONADOS
DO SUL DE MINAS

ETIENE GOMES

A subseção judiciária de Pouso Alegre, localizada no sul de Minas Gerais e com jurisdição sob 73 municípios, ganhou, na tarde do dia 10 de abril, a 2.ª Vara Federal. Agora, serão quatro juízes federais (dois titulares e dois substitutos) para julgar os mais de 20 mil processos que tramitam na Subseção.

A inauguração da 2.ª Vara estava prevista apenas para 2013, mas a realidade da Subseção de Pouso Alegre fez o presidente Olindo Menezes, em nome da Seção Judiciária de Minas Gerais (SJM), sensibilizar o Conselho da Justiça Federal e antecipar a instalação para este ano. "Desde sua inauguração, em 2005, a distribuição de processos em Pouso Alegre tem sido crescente. Foram distribuídos 31.273 processos, julgados 9.196 e arquivados 5.558. Registra-se também uma distribuição anual superior a cinco mil feitos, variando a média de processos julgados em torno de 1.500 julgados, o que demonstrou a necessidade de anteciparmos a instalação da 2.ª Vara", explicou.

Os processos que tramitam no foro serão distribuídos entre as duas varas, notícia que animou o diretor da subseção e titular da 1.ª Vara, Marcelo Rebello. "A tendência natural agora é termos julgamentos mais

céleres. Certamente iremos beneficiar a população mais carente, já que a maioria dos processos que aqui tramita é referente à concessão de benefícios previdenciários."

O diretor da SJMG, Itelmar Raydan Evangelista, afirmou que a inauguração da 2.ª Vara de Pouso Alegre representa a vontade do Judiciário de se fazer mais presente e mais atuante e lembrou que, dentro de dois anos, um outro passo será dado em prol da maior presença da Justiça Federal na região sul do estado. "Em 2014 será instalada a subseção de Poços de Caldas, que terá, dentre outros méritos, o de promover a divisão da área de jurisdição hoje sob a competência de Pouso Alegre."

O corregedor-geral da Justiça Federal, ministro João Otávio Noronha, também participou da solenidade. Mineiro de Três Corações e formado em Direito por faculdade de Pouso Alegre, o ministro admitiu conhecer bem a realidade do sul de Minas. "A instalação de mais uma vara federal no município se mostrava evidente. Muito boa a iniciativa de antecipar sua instalação." Em seu discurso, defendeu o desenvolvimento de metodologias de trabalho que resultem em celeridade nas decisões dos juízes e, por consequência, beneficiem o

FOTOS: RAMON PEREIRA





Autoridades na abertura da solenidade inaugural da Subseção de Pouso Alegre



Desenlace da fita inaugural

jurisdicionado. Ao final, fez questão de elogiar o trabalho do presidente do Tribunal. “Parablenzo o presidente Olindo Menezes, que instalou quase 50 varas federais na Primeira Região em seu mandato. Isso não é tarefa fácil e é um trabalho que deve ser reconhecido”, concluiu.

Presenças ilustres – Além do presidente Olindo Menezes, do corregedor-geral da Justiça Federal João Otávio Noronha, do diretor do foro da SJMG, Itelmar Raydan Evangelista, e do diretor da Subseção de Pouso Alegre, Marcelo Rebello, participaram da solenidade a desembargadora federal Mônica Sifuentes, o juiz federal titular da 2.ª Vara Federal da Subseção de Pouso Alegre, Francisco de Assis Garcês, os juizes federais em auxílio à Presidência, José Alexandre Franco e Saulo Casali, o presidente da Comissão de Instalação de Varas Federais, Frederico Maia, e o assessor especial da Presidência, Euvaldo Pinho, além de muitas outras autoridades. ■



Novos servidores empossados e autoridades



Autoridades inauguram a quarta vara federal de Juiz de Fora

Presidente Olindo instala 4.^a Vara Federal em Juiz de Fora

39 MIL PROCESSOS TRAMITAM ATUALMENTE NA SUBSEÇÃO MINEIRA

ETIENE GOMES

O presidente Olindo Menezes instalou, no dia 11 de abril, a 4.^a Vara Federal de Juiz de Fora, em Minas Gerais. O evento, bastante prestigiado, aconteceu na sede do foro, localizada no centro da cidade. A subseção de Juiz de Fora é a decana das subseções da 1.^a Região e existe desde 1987, antes mesmo da criação dos TRFs em 1988, e, hoje, tem jurisdição sob 49 municípios. Tramitam no local cerca de 39 mil processos.

Para o diretor do foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, Itelmar Raydan Evangelista, a criação de mais uma vara na região significa algo além do conforto. “É uma providência que se fazia necessária para dar vazão à procura calorosa dos jurisdicionados desta proeminente região da Zona da Mata mineira”, explicou. Ele também informou que a instalação da 5.^a Vara da Justiça Federal de Juiz de Fora está prevista para 2014. “A Justiça cresce em público e soluções. Devo salientar que o TRF/1.^a Região não tem poupado esforços para garantir as condições necessárias a este progresso”, acrescentou.

Para receber a 4.^a Vara Federal foi necessário alterar a competência da 1.^a, 2.^a e 3.^a Vara da subseção e estabelecer a redistribuição de processos entre os juízos. A diretora do foro da subseção local, Maria Helena Carreira Alvim, que, até então, era titular da 1.^a Vara, assumiu o órgão recém-instalado, de competência mista, e o juiz federal José Alexandre Franco assumiu a 1.^a Vara do local, que tem competência de juizado especial federal.

Durante o biênio 2010-2012, além da 4.^a Vara de Juiz de Fora, foram instaladas varas em Belo Horizonte, Contagem, Ipatinga, Montes Claros, Uberlândia, Pouso Alegre, Paracatu, Manhuaçu, Muriaé, Teófilo Otoni e Unai. O presidente Olindo Menezes lembrou que a vara de Juiz de Fora é a última a ser instalada em Minas Gerais durante sua gestão e agradeceu o apoio do diretor do foro da SJMG na realização da empreitada. “A marca de sua iniciativa, de sua coragem para enfrentar desafios e da sua grandeza moral constará de forma permanente na edificante história da Justiça Federal de Minas Gerais”, afirmou o presidente.



Solenidade de inauguração da Vara



FOTOS: RAMON PEREIRA

HOMENAGEM

Em nome da Seção Judiciária do estado, o juiz federal Itelmar Raydan Evangelista entregou ao presidente Olindo Menezes uma placa de agradecimento (foto ao lado) pelo apoio recebido durante a gestão para dotar a seccional mineira das condições ideais à expansão e execução célere e eficiente da prestação jurisdicional.

POSSE

Após a solenidade de inauguração da vara, foram empossados cinco novos servidores da subseção, ocasião em que o presidente Olindo Menezes deu as boas-vindas a todos e lembrou a importância do trabalho dos servidores para a realização de um serviço de excelência na Justiça Federal.

PRESENCAS

Inúmeras autoridades prestigiaram o evento, entre elas o conselheiro do CNJ e desembargador federal Tourinho Neto, o corregedor regional da 1.ª Região, Cândido Ribeiro, a desembargadora federal Mônica Sifuentes, os juízes em auxílio à Presidência, José Alexandre Franco e Saulo Casali, os juízes em auxílio à Corregedoria, César Cintra e Lino Osvaldo, o presidente da Ajufer, Roberto Veloso, o presidente da comissão de instalação das novas varas, Frederico Bezerra, e o assessor especial da Presidência, Euvaldo Pinho. ■



Seção Judiciária do Amapá ganha nova sede

PRÉDIO TEM INSTALAÇÕES MODERNAS E ARROJADAS

ETIENE GOMES

O presidente Olindo Menezes inaugurou no dia 17 de abril, em Macapá, a nova sede da Seção Judiciária do Amapá – um presente para a Justiça Federal do estado, que, no dia primeiro de maio, completa 20 anos de existência.

Edificado em um terreno de 40 mil m² doado pelo governo federal, o novo prédio da seccional tem aproximadamente 12 mil m², distribuídos em três andares, e foi construído para substituir a antiga sede, que já não atendia a contento as necessidades de magistrados, servidores e jurisdicionados. O prédio é bastante moderno e conta com sistema de refrigeração computadorizada, piso de granito, isolamento acústico e sistema de reutilização da água da chuva, além de restaurante, salas multiuso e auditório para 400 pessoas. Segundo o presidente Olindo Menezes, foi baseado em projeto “com vistas ao futuro”, pois tem espaço suficiente para abrigar sete varas federais – atualmente a Justiça Federal do Amapá possui três varas federais, onde tramitam cerca de 28 mil processos.



Solenidade de inauguração

Para o governador do estado, Camilo Capiberibe, a nova sede da seccional, considerada um dos prédios públicos mais imponentes da cidade, valoriza a capital Macapá e o estado do Amapá. “É bom sabermos que estamos sendo percebidos em Brasília. Sem dúvida, quem sai ganhando com isso é a população local”, acrescentou. O governador também elogiou a escolha do local da nova sede, na zona

norte da cidade, e informou que há intenções de se construir uma região administrativa no setor para desafogar o centro da cidade e facilitar a vida dos cidadãos.

O diretor do foro da SJAP, Anselmo Gonçalves, qualificou a nova sede como fruto de um conjunto de esforços de várias pessoas e frisou o empenho e dedicação do presidente Olindo Menezes na estruturação da Justiça Federal do Amapá. “Recentemente foram inauguradas as subseções de Laranjal do Jari e de Oiapoque. Agora, o presidente inaugura a nova sede da seccional, sem falar no apoio material e o incentivo durante sua gestão, que é uma das mais profícuas dos últimos tempos”, sintetizou.

Para construir a nova sede foram gastos 40 milhões de reais. Segundo o presidente Olindo Menezes, o valor foi obtido graças ao empenho de diversos parlamentares do estado, canalizado na elaboração de emendas para a edificação. O presidente também destacou a dedicação do juiz federal João Bosco Costa, que realizou vários contatos com a via legislativa para garantir a execução da obra, e o trabalho do diretor do Foro, que esteve na linha de frente da construção do edifício, enfrentando e vencendo os desafios para que a obra acontecesse.

Homenagens – Durante a solenidade de inauguração, o diretor do foro da SJAP entregou placas de agradecimento a autoridades consideradas essenciais para a realização do projeto. Também assinou elogio coletivo a 12 servidores da seccional amapaense pelo comprometimento e empenho na construção da nova sede. Entre os homenageados com as placas estavam o presidente Olindo Menezes (foto ao lado), o juiz federal Fabiano Verli, os juízes federais substitutos Lívia Marques, Mauro Vieira e Felipe Andrade, o engenheiro do Tribunal Luiz Otávio Montezuma, e o assessor parlamentar do Comando da Aeronáutica e ex-secretário-geral do Tribunal, coronel Mário Santana.

Presenças – O evento foi bastante prestigiado e contou com a presença de inúmeras autoridades dos três poderes, entre elas o tenente-brigadeiro-do-ar Antonio Gomes Leite Filho, o prefeito de Macapá, Roberto Góes, o diretor da Subseção Judiciária de Laranjal do Jari, Flávio Andrade, o diretor da Subseção Judiciária de Oiapoque, Naiber Pontes, o juiz federal em auxílio à Presidência, José Alexandre Franco, o diretor-geral Felipe Jacinto, o assessor parlamentar do Comando da Aeronáutica, coronel-aviador Mário Santana, e o assessor especial da Presidência, Euvaldo Pinho. ■



FOTOS: RAMON PEREIRA

Juiz federal João Bosco Costa, presidente Olindo Menezes e diretor do foro da SJAP, Anselmo Gonçalves, durante solenidade de inauguração da nova sede da seccional





Justiça Federal chega a Alagoinhas, na Bahia

ESTADO É CONTEMPLADO COM A 14.ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA

IVANI MORAIS

No fim da tarde do dia 20 de abril, o presidente Olindo Menezes inaugurou mais uma subseção judiciária, desta vez em Alagoinhas, no interior do Estado da Bahia, cidade que é atualmente o quinto maior município baiano em geração de emprego e renda. Com a instalação, a vara única, de competência geral e de juizado especial federal adjunto cível e criminal, prestará serviços à população de Alagoinhas e de mais 28 municípios da região.

Durante a solenidade, a juíza federal Cynthia de Araújo Lima Lopes, diretora do foro da Seção Judiciária da Bahia, destacou a importância de Alagoinhas na economia baiana e da instalação da vara no município: "Alagoinhas ocupa o 13.º lugar na posição geral do estado e a 14.ª posição entre os municípios baianos em estabelecimentos comerciais. A pujança da sua economia, portanto, demonstra que já era chegada a hora deste município receber a Justiça federal." A Bahia, com a instalação da subseção, encerra seu calendário de instalações de 2012.

O evento ocorreu na sede da Câmara Municipal de Alagoinhas, fato destacado pelo juiz federal Cristiano Mi-

randa de Santana, que assumiu a nova vara: "Não poderia haver lugar melhor para a realização desta sessão, a casa do povo de Alagoinhas. Bom seria que toda autoridade – como devedora de muitos que é – antes de assumir as suas atribuições, viesse à presença dos representantes do povo para discorrer sobre suas propostas e, ao final de sua gestão, aqui retornasse para lhes apresentar a prestação de contas de suas atividades. Aqui estamos atendendo ao primeiro propósito."

No uso da palavra, o presidente Olindo Menezes falou de sua satisfação em inaugurar a 50.ª vara de sua gestão. "É uma satisfação institucional trazer a justiça federal para mais perto do jurisdicionado", afirmou. Ele lembrou que aquela inauguração só estava sendo possível devido à atuação das lideranças políticas estaduais e locais e do Conselho da Justiça Federal, órgão sediado em Brasília, que exerce a supervisão administrativa e orçamentária da justiça federal de primeiro e segundo grau. "Foi o CJF que, pela resolução 102, de 14 de abril de 2010, dispoñdo sobre a localização das varas federais criadas pela lei 12.011, de 4 de agos-



FOTOS: RAMON PEREIRA

Solenidade de inauguração da Subseção Judiciária



Autoridades, dirigentes e os novos servidores empossados

to de 2009, houve por bem, a partir de critérios objetivos identificadores da presença da justiça federal na localidade – demanda processual, densidade populacional, índice de crescimento demográfico, produto interno bruto e distância de localidades nas quais há vara federal – dotar o município baiano de Alagoinhas da sua primeira vara federal."

O presidente Olindo informou, ainda, que, a fim de ultimar as providências logísticas de ordem material, tecnológica e operacional, o expediente externo da vara estará suspenso até o dia 9 de maio e que a vara funcionará por algum tempo em sede provisória, até que terminem os trabalhos da sede definitiva no 2.º andar do prédio do INSS.

Para dar início aos trabalhos da nova vara, tomaram posse onze novos servidores, momento em que o presidente Olindo aproveitou para orientá-los quanto ao trabalho que deve ser feito a partir de agora: "É indispensável entender a alma da Justiça Federal e por ela conduzir-se em todos os momentos. Vocês têm a missão institucional e honrosa de ser a face visível da Justiça Federal nesta comunidade. Ela será, em face dos jurisdicionados, o que vocês forem.

Busquem o real sempre no campo aberto do possível, onde ele efetivamente pode ser encontrado, com esforço, compromisso e dedicação", disse Olindo Menezes.

Presenças – Diversas autoridades estiveram no evento, entre elas o conselheiro do CNJ e desembargador federal Tourinho Neto, o corregedor regional da 1.ª Região, Cândido Ribeiro, a desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso, a desembargadora federal Neuza Alves, o desembargador federal aposentado Antônio Ezequiel da Silva, a diretora do foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, Daniele Maranhão Costa, os juízes em auxílio à Presidência, José Alexandre Franco e Saulo Casali, o juiz em auxílio à Corregedoria, César Cintra, o prefeito de Alagoinhas, Paulo Cezar Simões, o presidente da Câmara municipal de Alagoinhas, Vereador Gustavo Carmo, o diretor-geral do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, Felipe dos Santos Jacinto, o assessor especial da Corregedoria, Deyr Gomes Júnior, o diretor da secretaria Administrativa da Seção Judiciária da Bahia, Joseny Marques, e o assessor especial da Presidência, Euvaldo Pinho. ■

Coração da Amazônia acolhe a Justiça Federal

A SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TEFÉ ATENDERÁ
CERCA DE 200 MIL JURISDICIONADOS

LEONARDO COSTA/ IM

Tefé, município localizado no interior da Amazônia e distante 575 km da capital, Manaus, finalmente foi contemplado com a presença da Justiça Federal na manhã do dia 23 de abril. Conhecida como "o coração da Amazônia", a cidade, situada às margens do Rio Solimões, é um dos maiores e mais importantes municípios do interior do estado.

A mais nova subseção judiciária foi inaugurada pelo presidente Olindo Menezes e beneficiará cerca de duzentos mil habitantes dos municípios de Tefé, Alvarões, Carauari, Coari, Fonte Boa, Japurá, Juruá, Maraã, Tapauá e Uriani. Para a diretora do foro da Seção Judiciária do Amazonas, juíza federal Jaiza Maria Pinto Fraxe, a chegada da justiça federal facilitará muito a vida da população desses municípios, cujo acesso ao judiciário federal só é dado por via aérea ou fluvial: "São milhares de trabalhadores rurais, urbanos, civis, militares, estudantes, comerciantes que vão ter seus litígios agora julgados mais de perto pela Justiça Federal, aqui sem haver a necessidade de se deslocarem até a capital Manaus, a centenas de quilômetros de distância". Ela destacou, ainda, outros aspectos positivos para a população com a Vara de Tefé. "Facilita porque uma balsa de Manaus para Tefé, subindo o rio, são seis dias de viagem, e descendo o rio são três dias, então, para economizar todo esse tempo, a população já vai contar com a subseção judiciária aqui em Tefé. É uma economia de tempo, de recursos financeiros, de recursos

humanos, e a Justiça vai estar mais presente junto à população", comemorou.

Agora a Seção judiciária do Amazonas possui 10 varas, sendo oito na capital e as duas do interior, Tabatinga e Tefé. Para comandar a vara recém-inaugurada foi designada a juíza federal Ana Paula Serizawa Podedworny, que é amazonense e já está sentindo-se em casa: "É com o coração aberto e o espírito forte que chego à "Princesinha do Solimões", e já me considero tefeense, porque é aqui que vou morar e trabalhar a partir de agora. Tefé é um município em franco desenvolvimento, um polo na região do médio Solimões, que conta com belezas naturais e inúmeras riquezas, sendo a principal delas seu povo acolhedor."

A vara federal, de competência geral e de juizado especial federal adjunto civil e criminal, terá a força de trabalho de treze servidores recém-empossados durante a solenidade e, para o presidente Olindo Menezes, aspectos diferenciados das demais: "Nesses rincões da Amazônia, o juiz federal e os servidores terão contato frequente com o ribeirinho, com o extrativista, com o indígena, com o garimpeiro, enfim, com uma realidade diferente e típica do norte do País, com um mundo diverso do seu, via de regra informado pelos costumes e valores citadinos, com o qual terá muito que aprender."

A subseção de Tefé marca também a quinquagésima primeira inauguração de vara federal na gestão do





FOTOS: MARIO PINTIN

presidente Olindo Menezes - a última de seu mandato -, que, em discurso, durante a solenidade, aproveitou para destacar e agradecer a todos os envolvidos nos trabalhos de instalação da Vara de Tefé, enfatizando o trabalho das equipes da Assessoria de Comunicação Social (Ascom) e da Assessoria de Representação Social (Asrep), que o acompanharam durante esses dois anos em suas viagens de trabalho: "A todos vocês manifesto um agradecimento especial, em meu nome e do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, ao qual todos temos a honra de pertencer e servir." disse Olindo Menezes.

No final da solenidade, o presidente destacou, ainda, a sensação de dever cumprido: "Todas as dificuldades nós fomos vencendo, e hoje chegamos a essa marca histórica de um mandato de um presidente, 51 varas instaladas em dois anos. Tenho a sensação de ter cumprido minha missão com a instalação dessa vara."

Estiveram presentes à solenidade várias autoridades, entre elas a diretora do foro da Seção Judiciária do Amazonas, Jaiza Maria Pinto Fraxe, o vice-governador do Estado do Amazonas, José Melo, o prefeito de Tefé, Jucimar de Oliveira Veloso, o presidente da Câmara Municipal de Tefé, vereador Juvenal Corrêa Lopes Filho, o juiz em auxílio à Presidência, José Alexandre Franco, o coronel da Aeronáutica, Mário José Santana, o presidente da comissão de instalação das novas varas, Carlos Frederico Maia Bezerra, e o assessor especial da Presidência, Eivaldo Pinho. ■



Acima, presidente Olindo Menezes em solenidade que inaugurou a Subseção de Tefé, a última de sua gestão, Abaixo, durante a posse dos novos servidores





MICHELE CALAZANS

MICHELE CALAZANS

Conselhos profissionais na mira da conciliação

TRIBUNAIS ESTUDAM MEIOS DE PADRONIZAR AÇÕES DE CONCILIAÇÃO EM CASOS DE PROFISSIONAIS EM DÉBITO COM CONSELHOS REGIONAIS E FEDERAIS

RICARDO CASSIANO

Magistrados ligados ao Sistema de Conciliação da 1.^a Região (SistCon), coordenado pelo desembargador federal Reynaldo Fonseca, o juiz federal em auxílio à Corregedoria Nacional de Justiça, Erivaldo Santos, e representantes de conselhos regionais reuniram-se no dia 3 de abril, no Plenário do TRF da Primeira Região, para tratar da uniformização de procedimentos relacionados a processos judiciais de trabalhadores em débito com os conselhos profissionais em que são inscritos.

O assunto começou a ser debatido no dia 29 de fevereiro deste ano, quando representantes dos conselhos e dos Tribunais Regionais Federais, das cinco regiões do País, participaram de uma videoconferência no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O objetivo foi dar o primeiro passo na construção de uma política sistematizada de conciliação referente ao débito das anuidades.

Como resultado dessa proposta inicial, coube a cada tribunal promover encontros com seus conselhos regionais, para traçar os “raios-x” dos processos que podem entrar na agenda de conciliação. Segundo o coordenador do SistCon, desembargador federal Reynaldo Soares da Fonseca, tramitam hoje mais de 176 mil processos relacionados aos conselhos regionais e federais, apenas na 1.^a Região. “Nós estamos concluindo as demandas da área do Sistema Financeiro da Habitação, da Previdência Social e, ao mesmo tempo, enveredando por outros caminhos na área tributária.

E, agora, nossa próxima meta são os conselhos profissionais, em parceria com o CNJ”, afirmou.

O magistrado destacou que esta é uma nova área em que se pode explorar o movimento da conciliação. “Seja do ponto de vista de administração da Justiça, seja do ponto de vista de felicidade humana [...] esse projeto tem tudo para dar certo, como já deu certo nas outras áreas”, apostou Reynaldo Fonseca.

Segundo o juiz federal em auxílio à Corregedoria Nacional de Justiça, Erivaldo Santos, os conselhos profissionais também serão uma das prioridades nas ações de conciliação do CNJ. “Começamos com o Sistema Financeiro da Habitação, passamos pela execução fiscal de autarquias federais, e agora são os conselhos profissionais”, explicou.

Em todo o país, magistrados estão promovendo reuniões para discutir a situação dos profissionais em débito com os conselhos e as melhores práticas de conciliação. Na Primeira Região, a Seção Judiciária da Bahia (SJBA) será a primeira a realizar um mutirão específico, no fim de maio.

Além do coordenador do SistCon e do juiz federal em auxílio à Corregedoria Nacional de Justiça, também participaram da mesa – na reunião realizada no Plenário do TRF – os juízes federais Gilda Sigmaringa Seixas, coordenadora do Núcleo de Conciliação do Distrito Federal; Rafael Paulo Pinto, da Subseção Judiciária de Luziânia/GO; e o coordenador do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, José Augusto Viana. ■

Gabinete da Presidência conclui trabalho de gestão documental

EQUIPE DE SERVIDORES
RECEBEU TREINAMENTO
PARA EXECUTAR TAREFA

▀ JAIR CARDOSO

O gabinete da Presidência finalizou, no dia 20 de abril, a classificação, seleção e descarte de documentos que abarrotavam o setor. O procedimento teve como objetivos a boa prática da gestão documental e a disponibilização de novos espaços na unidade.

Os trabalhos, iniciados há cerca de um ano, foram desenvolvidos por uma equipe formada por servidores e colaboradores, sob a orientação da Divisão de Arquivo Administrativo e Gestão Documental (Diami). De acordo com supervisora do setor, Ana Claudia Cordeiro Correia Lima, a Diami fez uma visita técnica solicitada pelos servidores da Presidência, quando prestou todas as orientações necessárias para que aprendessem a lidar com a documentação. “Os servidores da Presidência foram devidamente orientados sobre os procedimentos adotados no manuseio, identificação e classificação dos documentos de acordo com os critérios estabelecidos na Tabela de Temporalidade do PCTT”, explica.

Cerca de 90 mil documentos, a maioria deles de conteúdo administrativo, foram manuseados e conferidos um a um. Na ocasião foram encontrados documentos de 1996 nos armários da Presidência. Documentos Administrativos, segundo a IN 14.18, compreendem os documentos de comunicação administrativa, ou seja, as correspondências escritas de trâmite interno ou externo, de caráter normativo e de apoio administrativo, utilizados no Tribunal e na Justiça Federal da 1.ª Região. Referem-se também aos documentos utilizados pelas unidades administrativas para desempenho de suas atividades específicas que não sejam de natureza jurídica.

Segundo o servidor Agnaldo Dias de Souza, responsável pela coordenação do trabalho, por ser uma atividade atípica em gabinete requereu muito esforço do grupo que atuou em mutirão. “O trabalho exigiu muita dedicação, concentração e disponibilidade de todos. Para atender a tamanha demanda, trabalhamos, inclusive, nos finais de

semana”, conta.

Descarte – na semana em que os trabalhos foram concluídos, parte dos documentos selecionados foi descartada no próprio gabinete, e a outra, encaminhada para a Divisão de Arquivo Documental para providências quanto à destinação. Para a supervisora da Diami, a gestão documental é muito importante. Segundo Ana Cláudia Cordeiro, todos os setores do TRF da 1.ª Região e das seções judiciárias deveriam dar esse tratamento a seus documentos.

A seleção dos documentos descartados seguiu criteriosamente os objetivos e normas estabelecidos pela Instrução Normativa 14.18 do TRF da 1.ª Região e pela Resolução 23, de 2008, do Conselho da Justiça Federal (CJF). Participaram de todas as etapas do processo de seleção e descarte de documentos os servidores Agnaldo Dias de Souza, Afrânio Luis Alves, Álvaro Roney Batista e Dimas da Mota Casqueiro. Também colaboraram os servidores Carlos Augusto de Almeida, Eunice de Oliveira, Fernanda de Carvalho Dias Salazar e Sorama Freitas Santiago, os prestadores de serviço Antonio Marcos Lima, Fabiana Moura e Milton Marques Júnior e os estagiários Rodrigo Barboza Borges Carvalho, Caique Brito dos Santos e Renato Cordeiro Ferreira. ■



MARCÍLIO SAMPAIO RIBEIRO



MANOJO PITINI

Diretor-geral reúne dirigentes para despedida

AO TODO FORAM 17 ADMINISTRAÇÕES À FRENTE DA DIRETORIA-GERAL DO ÓRGÃO

CHICO CAMARGO

Em matéria alusiva à comemoração de aniversário de instalação do TRF da 1.^a Região, estava escrito: “Aos 23 anos, o Tribunal Regional Federal da 1.^a Região está consolidado no cenário jurídico nacional, tendo-se firmado como uma instituição forte e respeitada por seus permanentes esforços em bem servir ao público”.

Ao longo desse tempo, 13 foram as administrações. Em 10 deixou sua marca indelével de administrador de “tribunal”, a contar da primeira delas, presidida pelo então juiz federal Alberto Vieira da Silva, entre 1989 e 1991. Ao todo, 17 anos, que encerram com a “determinação para cumprir a missão que me foi confiada pelo nosso ilustre presidente, desembargador Olindo Menezes”, afirmou Felipe dos Santos Jacinto ao se despedir do cargo de diretor-geral.

Reunido no dia 19 de abril, no Salão Nobre, com os dirigentes da área administrativa, Felipe Jacinto explicou as motivações de sua saída: “Minha passagem pelo Tribunal se encerrou. Meu prazo de validade venceu. Há momentos para tudo na vida, e este é o momento de sair de cena, de

retirar-me do palco, de deixar o convívio da roda”, falou com bom humor.

Durante o breve discurso, Dr. Felipe, como é conhecido por todos, lamentou apenas a escassez de recursos para realizar todos os projetos “que deixamos de encaminhar por absoluta falta dos meios necessários para implementá-los”, comentou se referindo ao desempenho da Diretoria-Geral.

Na ocasião, em tom informal se autodenominou o “mais velho integrante” de uma admirável equipe de jovens e, depois, agradeceu a dedicação e empenho dos diretores de secretaria e de divisão do TRF: “Vou sentir muita falta de todos vocês e das pesadas tarefas que, juntos, tínhamos de cumprir...”.

Ao final, o diretor-geral da Secretaria do TRF da 1.^a Região, Felipe dos Santos Jacinto brincou ao deixar o cargo que ocupou por 17 anos. “Como em tudo que faço sempre me dedico com entusiasmo, espero que, em nada fazendo, também possa me dedicar ao ócio”. ■

Dirigentes homenageiam presidente Olindo Menezes

“NÓS DEMOS PASSOS GIGANTESCOS”,
AFIRMOU O DESEMBARGADOR EM DISCURSO

▼ RICARDO CASSIANO

Um dia antes da posse da nova Administração do Tribunal, o desembargador federal Olindo Menezes recebeu, no dia 24 de abril, uma homenagem surpresa de magistrados e todos os diretores de secretaria e assessores ligados à Presidência. O evento singelo e informal, realizado no Espaço Pontes de Miranda, foi uma demonstração de agradecimento ao magistrado pelos dois anos de condução da Corte. Cerca de 50 pessoas entre magistrados e servidores marcaram presença, num misto de emoção, descontração e sentimento de despedida.

A homenagem foi aberta pelo diretor-geral da Secretaria, Felipe dos Santos Jacinto, que definiu o presidente como “vencedor” pelas inúmeras “frentes de trabalho” que liderou durante o biênio. Em seguida, foi apresentado um vídeo de 15 minutos, produzido pela Assessoria de Comunicação Social (Ascom), com depoimentos dos dirigentes sobre a gestão de Olindo Menezes. Em tom amistoso, os servidores e magistrados compartilharam histórias pessoais que guardaram da convivência com o presidente. Cada um traçou o desenho da personalidade do líder Olindo Menezes, iden-

tificada, unanimemente, pela serenidade e transparência. “A gente começa a perceber que, por trás do adjetivo trabalho, também estão muitos outros, como trabalho eficiente, dedicação e bom humor”, destacou, no vídeo, o juiz federal em auxílio à Presidência, José Alexandre Franco.

Assistindo atentamente a cada depoimento e sob reações espontâneas de descontração do público, o presidente não conseguiu conter as lágrimas. Ao iniciar o discurso, Olindo Menezes demonstrou, sem esforço, como conseguiu conquistar a confiança e admiração da equipe de assessores. Nas palavras singelas e diretas, externou o estilo mais próprio, ao citar um a um dos presentes e agradecer pela cooperação pessoal de cada colaborador. “Acho que a gente fez uma grande administração! Nós demos passos gigantesco”, afirmou.

Após o discurso, Olindo Menezes assinou, a pedido da secretária de Controle Interno, Ionice de Paula Ribeiro, parte dos documentos que comprovam a eficiência da gestão. Os resultados da prestação de contas do exercício de 2011 e dos relatórios de Gestão e de Auditoria de Ges-

tão foram aprovados sem nenhuma ressalva pelo TCU. “Suas prestações de contas de 2010 e 2011 foram impecáveis”, afirmou Ionice.

Para fechar a homenagem, o presidente Olindo Menezes e o diretor-geral da Secretaria, Felipe dos Santos Jacinto, fizeram o desenlace da fita inaugural do painel que traça a linha do tempo do TRF da 1.ª Região, de 2009 a 2012. O quadro, que complementa o antigo painel, foi instalado no corredor de acesso à garagem, no térreo do Edifício-Sede I. ■



RAMON PEREIRA

Concessão de diárias

A concessão de diárias está prevista nos arts. 58 e 59 da Lei 8.112/1990, e regulamentada pela Resolução 04/CJF, de 14/03/2008 (arts. 103 a 122). Em que situações está previsto o pagamento de diárias? Dúvidas? Você tira aqui.

1. Quem tem direito a receber diárias e em que situações?

O magistrado ou o servidor que, a serviço, se deslocar da sede, em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias.

2. Que despesas as diárias destinam-se a cobrir?

Destinam-se a indenizar o magistrado ou o servidor pelas despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana.

3. Qual o valor da diária devida ao servidor?

Por regulamento, os valores das diárias são tabelados e revistos periodicamente. Existe variação nos valores de acordo com a categoria funcional. No caso de o servidor ocupar função ou cargo comissionado, os valores das diárias são, via de regra, maiores. O texto regulamentar diz que a fixação do valor das diárias é realizada de maneira proporcional aos subsídios e aos vencimentos. Fará jus somente à metade do valor das diárias quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede; na data do retorno à sede; e quando a União custear por meio diverso as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

4. As diárias são devidas ao servidor somente durante os dias úteis de afastamento ou também nos sábados e domingos?

As diárias serão concedidas por dia de afastamento da sede do serviço, incluindo-se o de partida e o de chegada.

5. É encargo do servidor pagar as despesas com o seu deslocamento do local de hospedagem para o de trabalho ou aeroporto? Há algum adicional no valor das diárias para essa hipótese?

Se o servidor utilizar veículo oficial no deslocamento ao local de trabalho ou de embarque, não receberá qualquer adicional no valor das diárias. Se não utilizar, receberá um adicional correspondente a 25% da diária base do cargo de analista judiciário, prevista em regulamento.

6. Quando e por que deve ser devolvido o valor das diárias?

Em até cinco dias, a contar da data prevista para o início do afastamento, sem qualquer hipótese de parcelamento da dívida, no caso de o magistrado ou o servidor que as receber não se afastar da sede, ou retornar antes do tempo previsto.

7. Quem autoriza a concessão de diárias para o deslocamento no território nacional e no exterior?

No território nacional, a autorização é feita pelo ordenador de despesas; no TRF, pelo diretor-geral; e nas seções judiciárias, pelos respectivos diretores do foro. (O regulamento fala em "autoridade competente" – art. 110). No exterior, deve constar do processo de autorização de afastamento do país, apreciado pelo Tribunal.





ARGENTINA PRIVATIZA PETROLÍFERA ESPANHOLA

A presidenta da Argentina enviou uma proposta que declara de interesse público a exploração de petróleo e derivados. O governo anunciou que o texto institui a expropriação das ações da empresa YPF, subsidiária da espanhola Repsol no país. Ficou estabelecido que 51% das ações da companhia pertencerão ao Estado e os 49% restantes, às províncias. Segundo a presidenta, o objetivo é fazer com que o país seja autossuficiente. De acordo com Cristina Kirchner, da forma como está, a Argentina "corre o risco de se tornar inviável" devido às políticas empresariais em curso na região. Cristina se referiu indiretamente à empresa YPF. De acordo com a presidenta, a proposta encaminhada ao parlamento determina o desenvolvimento equitativo e sustentável das regiões argentinas.

Revistaepoca.globo.com
4/abril/2012

BRASIL E EUA DÃO O PASSO PARA ACABAR COM O VISTO

Os presidentes Dilma Russef e Barack Obama comprometeram-se, durante reunião na Casa Branca, a trabalhar para eliminar a exigência de visto para turistas e empresários brasileiros entrarem nos Estados Unidos. Não há, porém, prazo definido para que o Brasil ingresse no programa de dispensa de vistos. Os esforços americanos para reduzir a burocracia para concessão de vistos a brasileiros foram um dos assuntos destacados por Obama como evidências do extraordinário progresso das relações entre os EUA e o Brasil.

Clipping/ Ministério do Planejamento
10/abril/2012



SONO AJUDA A FIXAR O APRENDIZADO DO DIA

O sono ajuda a fixar no cérebro os conhecimentos adquiridos durante o dia e serve para melhorar as habilidades linguísticas, diz um novo estudo. Essas são as conclusões do trabalho do pesquisador belga Nicolas Dumay, do Centro Basque de Cognição, na Espanha. A pesquisa buscava investigar as ações que o cérebro desenvolve enquanto dormimos; uma questão para a qual a Ciência não tem ainda uma resposta completa.

Estadão.com.br
3/abril/2012



STF LIBERA O ABORTO DE FETOS ANENCÉFALOS

O Supremo Tribunal Federal considerou procedente o aborto em caso de gestação de feto anencéfalo, com má formação do cérebro. O julgamento sobre o caso terminou na noite do dia 19 abril, com o voto do presidente da corte, Cezar Peluzzo. O resultado final foi de 8 a 2. O ministro Dias Toffoli declarou-se impedido de votar porque, quando advogado-geral da União, se manifestou publicamente sobre o tema.

Veja.com
22/abril/2012

STF APROVA SISTEMA DE COTAS RACIAIS EM UNIVERSIDADES

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou, no dia 26 abril, que as políticas afirmativas não violam o princípio de igualdade e não institucionalizam a discriminação racial, como defendeu o Partido Democrata (DEM), autor da ação julgada. O mais aguardado dos votos foi dado pelo ministro Joaquim Barbosa, único negro a integrar o Supremo, que disse ser vítima de racismo na própria Corte.

O Globo
27/abril/2012



FEITO COM arte



Design Sonoro

▾ DIONE SENNA

No período de 9 a 20 de abril, ocorreu, no Espaço Cultural do TRF da 1.ª Região, a exposição “Design Sonoro”, do artista plástico João Reis.

Reis conta que sua fascinação pelas artes plásticas começou quando ele ainda era criança, apreciando as obras de sua mãe, artesã do Estado de Pernambuco. Influenciado pelo pintor simbolista Gustav Klimt, João Reis utiliza a técnica de tinta acrílica e





a óleo sobre tela para criar obras abstratas e figurativas que remetem ao surrealismo e à arte contemporânea.

Graduado em Psicologia pela Universidade de Brasília, desenvolve pesquisas na área da criatividade para estudantes em uma faculdade particular da cidade. Além de participar de movimentos teatrais, Reis também coordena, em Salvador, o projeto musical "Ritual da Canção", que tem o objetivo de profissionalizar músicos independentes.

Suas obras podem ser vistas em seu *blog* www.pinturasjoaoreis.blogspot.com.

Contato: 9338-7066 e Joao3reis@gmail.com ■





O Controle Jurisdicional da Convencionalidade das Leis

O tema que trago hoje à reflexão dos leitores é inédito no Brasil, tendo surgido entre nós a partir da Emenda Constitucional 45/2004, que acrescentou o § 3.º ao art. 5.º da Constituição. Contudo, até bem pouco tempo, nenhum jurista pátrio o havia desenvolvido. Sequer um autor brasileiro havia percebido a amplitude e a importância dessa nova temática, capaz de modificar todo o sistema de controle no direito pátrio.

Versamos ineditamente o assunto no livro *O controle jurisdicional da convencionalidade das leis* (Editora RT). Em resumo, o que ali defendemos é que se a Constituição possibilita sejam os tratados de direitos humanos alçados ao patamar constitucional, com equivalência de emenda, por questão de lógica deve também garantir-lhes os meios que prevê a qualquer norma constitucional ou emenda de se protegerem contra investidas não autorizadas do direito infraconstitucional. Nesse sentido, de acordo com a nossa tese, é plenamente possível utilizar-se das ações do controle concentrado, como a ADIn (para invalidar a norma infraconstitucional por inconveniência), a ADECON (para garantir à norma infraconstitucional a compatibilidade vertical com um tratado de direitos humanos formalmente constitucional), e até mesmo a ADPF (para exigir o cumprimento de um “preceito fundamental” encontrado em tratado de direitos humanos formalmente constitucional), não mais fundamentadas apenas no texto constitucional, senão também nos tratados de direitos humanos aprovados pela sistemática do art. 5.º, § 3.º, da Constituição e em vigor no país. Então, pode-se dizer que os tratados de direitos humanos internalizados com quorum qualificado passam a servir de meio de controle concentrado (de convencionalidade) da produção normativa

doméstica, para além de servirem como paradigma para o controle difuso. Quanto aos tratados de direitos humanos não internalizados pela dita maioria qualificada, passam eles a ser paradigma apenas do controle difuso de convencionalidade (pois, no nosso entendimento, os tratados de direitos humanos não aprovados por tal maioria qualificada são materialmente constitucionais, diferentemente dos tratados aprovados por aquela maioria, que têm status material e formalmente constitucionais).

Em outras palavras, o que nós ineditamente defendemos (e não vimos ninguém fazê-lo até o momento) foi o seguinte: quando o texto constitucional (no art. 102, inc. I, alínea a) diz competir precipuamente ao Supremo Tribunal Federal a “guarda da Constituição”, cabendo-lhe julgar originariamente as ações diretas de inconstitucionalidade (ADIn) de lei ou ato normativo federal ou estadual ou a ação declaratória de constitucionalidade (ADECON) de lei ou ato normativo federal, está autorizando que os legitimados próprios para a propositura de tais ações (constantes do art. 103 da Constituição) ingressem com tais medidas sempre que a Constituição ou quaisquer normas a ela equivalentes (como, v.g., os tratados de direitos humanos internalizados com quorum qualificado) estiverem sendo violadas por normas infraconstitucionais. A partir da Emenda Constitucional 45/04, é necessário entender que a expressão “guarda da Constituição”, utilizada pelo art. 102, inc. I, alínea a, alberga, além do texto da Constituição propriamente dito, também as normas constitucionais por equiparação. Assim, ainda que a Constituição silencie a respeito de um determinado direito, mas estando este mesmo direito previsto em tratado de direitos humanos constitucionalizado pelo rito do art. 5.º, § 3.º, passa a caber,

no Supremo Tribunal Federal, o controle concentrado de constitucionalidade (v.g., uma ADIn) para compatibilizar a norma infraconstitucional com os preceitos do tratado constitucionalizado.

Assim, a nossa conclusão é que todos os tratados que formam o corpus juris convencional dos direitos humanos de que um Estado é parte servem como paradigma ao controle de convencionalidade das normas infraconstitucionais, com as especificações que se fez acima: a) tratados de direitos humanos internalizados com quorum qualificado (equivalentes às emendas constitucionais) são paradigma do controle concentrado (para além, obviamente, do controle difuso), cabendo, v.g., uma ADIn no STF a fim de invalidar norma infraconstitucional incompatível com eles; b) tratados de direitos humanos que têm apenas “status de norma constitucional” (não sendo “equivalentes às emendas constitucionais”, posto que não aprovados pela maioria qualificada do art. 5.º, § 3.º) são paradigma apenas do controle difuso de convencionalidade. Ocorre que os tratados internacionais comuns (que versam temas alheios a direitos humanos) também têm status superior ao das leis internas. Se bem que não equiparados às normas constitucionais, os instrumentos convencionais comuns (como sempre defendemos, com base no art. 27 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 1969) têm status supralegal no Brasil, posto não poderem ser revogados por lei interna posterior, como também estão a demonstrar vários dispositivos da própria legislação brasileira, entre eles o art. 98 do Código Tributário Nacional (verbis: “Os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha”). Neste último caso,

tais tratados (comuns) também servem de paradigma ao controle das normas infraconstitucionais, posto estarem situados acima delas, com a única diferença (em relação aos tratados de direitos humanos) que não servirão de paradigma do controle de convencionalidade (expressão reservada aos tratados com nível constitucional), mas do controle de legalidade das normas infraconstitucionais.

Portanto, as justificativas que se costumam dar, sobretudo no Brasil, para o descumprimento das obrigações assumidas pelo Estado no plano internacional, são absolutamente ineficazes à luz do Direito Internacional dos Direitos Humanos e, agora, pela própria ordem constitucional brasileira, que passa a estar integrada com um novo tipo de controle das normas infraconstitucionais: o de convencionalidade.

É assim, doravante, que deve ser resolvido o problema das leis (ainda que compatíveis com a Constituição) que violem tratados de direitos humanos.

Mas, e quando o conflito for entre a própria Constituição e um tratado de direitos humanos? Neste caso, aplica-se uma outra teoria: a do diálogo das fontes (expressão criada pelo jurista alemão Erik Jayme, no seu Curso da Haia de 1995, trazida ao Brasil por Claudia Lima Marques, e desenvolvida em nossa tese de doutorado para aplicação às relações entre o direito internacional dos direitos humanos e o direito interno). Mas isso, como teria dito Kipling, é uma outra história. ■

*Palestrante convidado da Esmaf 1.ª Região, é pós-doutor em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa, doutor *summa cum laude* em Direito Internacional pela UFRGS, mestre em Direito Internacional pela UNESP e professor adjunto de Direito Internacional Público da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

PARÁ

JEF discute medidas para acelerar cumprimento de decisões judiciais

Magistrados que atuam no Juizado Especial Federal (JEF) e procuradores autárquicos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) discutiram no dia 20 de abril, na Seção Judiciária do Pará, a implantação conjunta de medidas que poderão acelerar o cumprimento de decisões judiciais. O JEF aprecia atualmente cerca de 34 mil processos, distribuídos em duas varas, a 8.^a e a 10.^a. Do total dos processos em tramitação nessas varas, cerca de 90% referem-se a questões previdenciárias.

A reunião contou com as presenças dos juízes federais Arthur Pinheiro Chaves e Rubem Lima de Paula Filho, do procurador-chefe do INSS, Rossimar Carvalho dos Reis, do procurador João Bosco Maia Sampaio e do gerente executivo da autarquia no Pará, Sílvio Vizeu.

A implantação, no próprio edifício-sede da Justiça Federal de Belém, de um núcleo de atendimento, exclusivamente para dar cumprimento às decisões e sentenças das duas varas

do JEF, foi um dos temas da reunião, segundo o titular da 8.^a Vara e coordenador do Juizado, o juiz federal Arthur Chaves. A ideia inicial, de acordo com o magistrado, é que o núcleo funcionaria com três servidores da própria Previdência e seria diretamente vinculado à Agência de Cumprimento de Decisões Judiciais (ACDJ), um setor que funciona, atualmente, ao lado do prédio do INSS, no bairro de Nazaré.

Arthur Chaves explicou que sua intenção, como a do juiz federal Rubem Lima de Paula Filho, titular da 10.^a Vara, é garantir maior eficácia no cumprimento de decisões judiciais, que interessam a milhares de pessoas, diminuindo, com isso, o tempo em que são feitos os pagamentos aos segurados. O coordenador do JEF ressaltou que a implantação de um núcleo como o que se cogita atenderia não apenas aos interesses das partes que buscam o JEF para defender seus direitos, mas facilitaria também as ações da própria Previdência Social.

RORAIMA

Seccional renova frota de veículos

No dia 25 de abril, a Seção Judiciária de Roraima recebeu dois novos veículos que serão utilizados para transportar magistrados e servidores no desempenho de atividades externas e de interesse da Administração.

Os veículos adquiridos foram recebidos pelos servidores Marcelo Tito e Stéfano Teixeira (foto), da equipe de servidores da Seção de Vigilância e Transporte (Sevit). Antes de serem utilizados em serviço, os veículos serão segurados e receberão o brasão da Justiça Federal.

A iniciativa faz parte da primeira etapa de renovação da frota de veículos oficiais da seccional, tendo em vista que mais três veículos serão adquiridos após autorização do Conselho da Justiça Federal, e prevê a redução de gastos desnecessários com manutenção e troca de peças decorrente do desgaste natural e tempo de uso da frota atual.



SECOSIR

PIAUI

Justiça Federal e OAB reúnem-se com o objetivo de padronizar procedimentos no trâmite processual

A Justiça Federal do Piauí e a Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Piauí (OAB-PI), realizaram, no dia 23 de abril, reunião com integrantes das duas casas a fim de padronizar e otimizar procedimentos no trâmite processual.

Advogados de diversas áreas de atuação, juntamente com os diretores de secretaria da Justiça Federal, expuseram suas demandas com o objetivo de buscar soluções comuns que atendam ambas as partes.

Segundo o diretor do foro da Seção Judiciária do Piauí, juiz federal Carlos Augusto Pires Brandão, a função do Judiciário é prestar um atendimento eficiente aos jurisdicionados. "A Justiça Federal piauiense está sempre aberta ao diálogo. Iniciativas que promovam uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva serão sempre bem recebidas nesta Seção Judiciária", comentou o magistrado.



SICOSP

O presidente da OAB/PI, Sigifroi Moreno Filho, parabenizou a iniciativa da Justiça Federal, destacando a qualidade e empenho dos servidores da instituição no tratamento processual.

RONDÔNIA

Juizado itinerante é realizado em Machadinho do Oeste

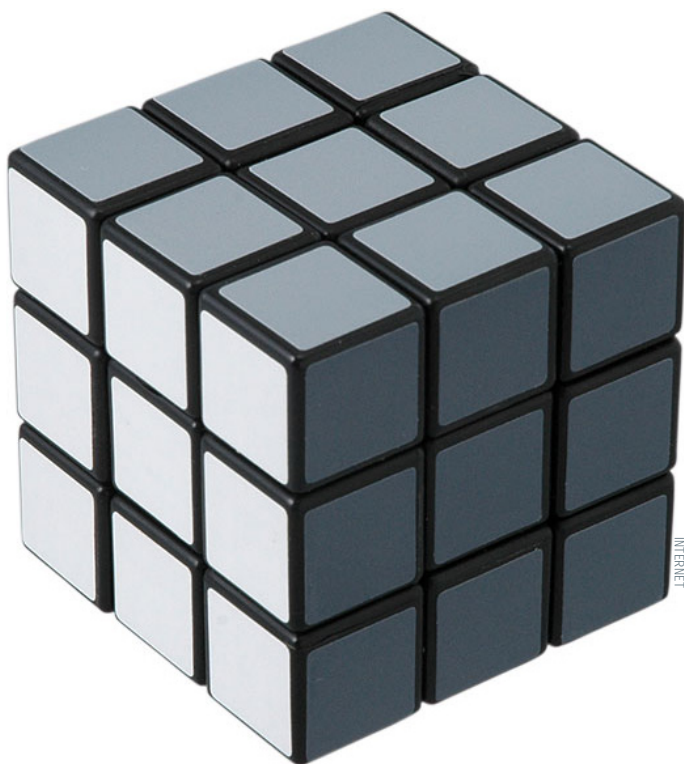
A população de Machadinho do Oeste e das localidades circunvizinhas deixaram um saldo de mais de mil processos formalizados durante a fase de atermção do Juizado Especial itinerante realizado pela Justiça Federal do estado de Rondônia naquele município, no período de 9 a 13 de abril.

A ação formalizou mais de mil processos, dos quais 903 já foram digitalizados e distribuídos; 400 perícias médicas foram feitas, e outras 100 ainda serão efetuadas pelos médicos da Base Aérea da capital.

A equipe comandada pelo juiz federal da 4.^a vara, Alexandre Ferreira Infante, planeja as estratégias para a realização da etapa de instrução e julgamento, quando serão feitas as audiências judiciais, previstas para acontecer no período de 11 a 15 de junho.

simplificar é preciso

▼ POR MÁRCIO ALBUQUERQUE (SECOR)



INTERNET

Simplificar é um termo que pode ser assimilado sem excessos conceituais ou mesmo científicos. Não se quer dizer, com isso, que se deve afastar o caráter metodológico da simplificação, mas, sim, que o seu significado traz a essência de seu objetivo. É importante simplificar as organizações, sua estrutura, seus produtos e serviços oferecidos à sociedade, seus processos internos, e comportamento dos seus atores. Assim, líderes facilitarão a tarefa de seus liderados rumo ao alcance dos resultados definidos nos objetivos estratégicos e ainda satisfaria sua clientela.

Os gestores devem confrontar a realidade e visualizar que grande parte da complexidade existente nas organizações foi criada por eles mesmos, a despeito das exigências legais, e, a partir desse cenário, iniciar um processo rumo à simplicidade como competência ou habilidade a ser desenvolvida no âmbito de suas atuações.

Excesso de regras, rigor demais no cumprimento da legislação, normas criadas a partir do “eu quero”, comprometem a celeridade da prestação jurisdicional. Todos os envolvidos, seja na área jurídica ou na área administrativa, podem participar desse processo. A lei deve ser cumprida – isso é um preceito básico e inquestionável –, mas há formas de aplicá-la de maneira mais leve e menos densa no âmbito organizacional.

As organizações são complexas por natureza, mas historicamente é possível a constatação de atos ou circunstâncias que conspiram para adicionar camadas procedimentais adiposas, muitas vezes sem necessidade ou fundamentação. Assinaturas, idas e vindas, retrabalho, estruturas arcaicas, gerenciamento ineficaz, entre outros fatores, corroboram para dificultar o acesso do cidadão a serviços essenciais.

Muitas vezes o excesso de burocracia vem da boa intenção que se torna uma verdade infame na gestão e, diante dos novos cenários, exigências da sociedade, globalização, tecnologias e regula-

mentações, não se pode perpetuar esses procedimentos que emperram a boa execução. Há um ditado comum que diz: “não se deve empregar mais energia para navegar em um labirinto do que a força empreendida para se chegar ao destino”. Nesses casos, temos a falta de definição da responsabilidade, descumprimento de direitos, dados inconsistentes e falta de clareza quanto ao uso das informações produzidas. É justo, então, aplicar os recursos públicos em um cenário assim formatado? Certamente que não.

Quando se implementa o planejamento estratégico em uma organização, esses aspectos devem ser exaustivamente estudados e identificadas suas fontes de proliferação. A estratégia deve seguir rumo à implementação de políticas públicas simplificadas, otimizando o orçamento, utilizando e buscando cada vez mais a proximidade dos objetivos de sua execução.

Ao se falar em simplificação, são imediatamente associados os sinônimos desburocratização e desnormatização, conceitos que são, na essência, métodos de tornar mais simples o cotidiano da execução da prestação jurisdicional, no caso do Poder Judiciário. As novas demandas da sociedade exigem um comportamento ágil das organizações para atender seus justos anseios, instando a organização a incentivar iniciativas para combater a complexidade, tornando as tarefas mais factíveis e próximas da realidade dos jurisdicionados e – por que não dizer – também do público interno, já que as áreas têm relações procedimentais entre elas.

Identificamos quatro áreas de oportunidade que os gestores podem explorar para obter maior controle sobre suas organizações e melhorar os resultados empresariais, ao mesmo tempo.

Algumas providências podem ser tomadas para acelerar esse processo, tais como: tornar a simplificação um tema estratégico da organização, definir metas diretamente relacionadas à diminuição da complexidade, estabelecer políticas de incentivo ao

desempenho funcional, recompensando a simplicidade, criar sistemas de apoio ao processo decisório (conselhos, comissões), agilizar os processos operacionais (planejamento, orçamento, entre outros), envolver todos os níveis hierárquicos e facilitar o processo colaborativo.

A complexidade é componente que se acumula nas diversas mudanças organizacionais, grandes ou pequenas, durante anos, gerando complicações que parecem invisíveis se analisadas isoladamente.

Na grande maioria das organizações, as mudanças estruturais vão de sutis a complexas, nas relações hierárquicas ou nas relações de trabalho, denotando preferências pessoais e privilégios que descaracterizam os procedimentos. Necessário intervir para diminuir a burocracia e garantir uma gestão mais participativa dos gestores das diversas áreas, jurídicas e administrativas, em oficinas que possibilitem a visualização dos gargalos burocráticos em busca de soluções para otimizar as ações.

Algumas providências evidenciam as organizações que estão à frente de ações inovadoras de simplificação, garantindo a participação ativa dos gestores no planejamento, gestão do orçamento, operacionalização das ações, projetos, comissões e processos decisórios. A estrutura matricial passa a ser identificada, mesmo que a hierarquia ainda seja a característica mais forte.

Então, diante de tantos exemplos e aplicabilidade da simplificação de processos e desburocratização, porque ainda não temos iniciativas do gênero, as quais objetivem o esforço de magistrados e servidores para melhorar a prestação jurisdicional? Simplificar deve ser encarado como um objetivo estratégico, e não como uma virtude. Certamente, um planejamento estratégico bem estruturado proporcionará a efetividade dessa demanda, já que são medidas que possibilitem a melhoria contínua e a competitividade da Justiça Federal da 1.ª Região. ■

Paisagem Sub



Detalhes



Petronas Tower



O paraíso nas águas do Oceano Índico

KUALA LUMPUR, CAPITAL DA MALÁSIA, ILHA DE PALAU, NO OCEANO ÍNDICO, E BALI, NA INDONÉSIA. FOI POR AÍ QUE PUDE VIVENCIAR MAIS UMA EXPERIÊNCIA FANTÁSTICA. NÃO PRECISO NEM DIZER O QUANTO FOI MÁGICO MERGULHAR NAQUELAS ÁGUAS E NEM QUANTO FICO FELIZ EM COMPARTILHAR COM VOCÊ, LEITOR, DE MAIS ESTA “AVENTURA/VIAGEM”.

▼ EIVALDO PINHO*

Com destino às profundezas das águas do Oceano Índico, enfrentamos 26 horas de voo e encaramos dez horas a mais de fuso horário, o que resultou numa verdadeira “confusão” em nosso organismo. Foi quando, completamente exaustos, nos hospedamos no tão espetacular quanto exótico Kalapai Dive Resort, construído sobre palafitas na ilha de Palau.

O Kalapai tem 59 chalés, um senhor restaurante, além de um viveiro de plantas, uma praia artificial e até heliporto. Degustamos a deliciosa comida malaia, que é bas-

tante apimentada e elaborada com muitas frutas e legumes.

O que mais me entusiasmou foi que de qualquer lugar do *resort* tínhamos acesso ao mar. Por falar em mar... a cor e transparência da água é simplesmente fantástica. Fizemos de quatro a cinco mergulhos por dia em várias ilhas: Palau, Mabul, Sibil e Sipadan. Quero dividir com você a minha felicidade ao revelar que a mãe de meus filhos tornou-se uma mergulhadora oficial e que, de agora em diante, uma companheira total: até debaixo d’água.



Esculturas de Bali



Peixes palhaço





Kapalai Dive Resort



Nudibrânquio azul

Durante a semana de mergulhos nesse *point*, considerado um dos dez melhores do mundo para mergulho, vimos tubarões galha-branca de arrecife, peixes-folha, nudibrânquios, gorgônias e cardumes imensos de barracudas.

Vimos também o peixe-mandarim, considerado pela comunidade de mergulho um dos oito mais belos do mundo. Suponho que você talvez não saiba, mas o peixe-mandarim mede de seis a dez centímetros e normalmente é visto no final da tarde, quando sai de sua toca para se alimentar e acasalar nos corais. As cores e os desenhos no corpo desse pequenino animal se assemelham às roupas de seda usadas pelos mandarins na antiga China, daí o nome. Esse foi para mim um “encontro marcante”.

Nesta viagem, tivemos ainda a oportunidade de conhecer Kuala Lumpur, a capital da Malásia, e Bali, na Indonésia. A moeda oficial na Malásia é o *Ringgit*, e cada dólar equivale a 3 *ringgits*, sair para fazer compras é inevitável. Em Kuala conhecemos Petronas Tower, o sexto prédio pronto mais alto do mundo, com 88 andares. Visitamos o Batu Caves, considerado o santuário hindu mais



Kapalai Dive Resort



Mandarim



Sr. Morunga



Batu Caves



popular localizado fora da Índia.

Inusitado e surpreendente, o santuário é formado por cavernas, sendo a maior delas a Catedral ou Templo. O teto dessa caverna tem aproximadamente 100 metros de altura. Nela encontramos vários altares ou pequenos outros santuários hindus; para alcançá-los é preciso subir uma escada com 272 degraus. Também conhecemos a estátua do "Senhor Murunga", um gigante monumento dourado com 42,7 metros de altura localizado na base da caverna.

Em Bali, a religiosidade do povo me impressionou tanto quanto a habilidade artística para esculpir em madeira, pedra, vidro, prata ou ouro. Lá conhecemos alguns templos sagrados, destacando-se o Pura Tanah Lot, construído no alto de uma rocha à beira-mar e completamente ilhado na maré alta. Fomos ao bairro de Ubud, onde compramos cangas, sarongues e pareôs elaborados de tecidos lindíssimos, pintados a mão, bem como peças artesanais de prata e camisas

ornadas em "batik" nas lojas específicas.

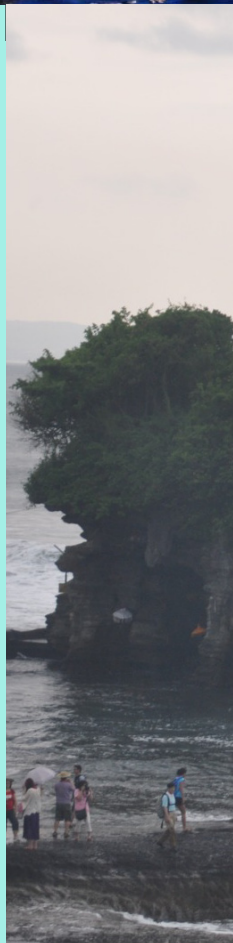
Turismo à parte, não poderíamos deixar de mergulhar em Bali. Foi o que fizemos, contemplando a magia daquele lugar até o último segundo. Foram três dias intensos que deixarão muitas lembranças, as quais carregarei em minha memória, bem como nos registros da minha máquina fotográfica. E por falar em registro, lembrei-me da primeira edição de Por Aí... em que dividi com você a magia de Ushuaia...

Por agora estou me despedindo do convívio com a Justiça Federal, onde passei quase 45 anos da trajetória da minha jornada e, por isso, quero agradecer a oportunidade de compartilhar com você, amigo leitor, minhas "aventuras/viagens" e dizer: até qualquer dia, Por Aí... ■

*Euvaldo Pinho é assessor especial da presidência do TRF da 1.ª Região.

Legendas do autor

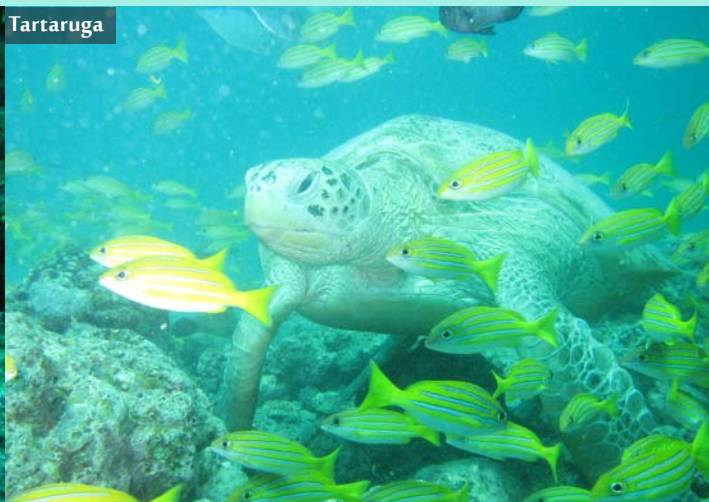
Fotos: Euvaldo Pinho e Rafa Esteves



Moreia verde



Tartaruga





Kalapai Dive Resort



Portal Templo de Bali



by Pinho Family
Spadam - Malásia - Ba
2012

Nosso grupo

Cardume de Barracudas





COM

Na contramão da liderança

Assuntos referentes à gestão têm tido exposição garantida. Nunca se falou tanto de liderança e gestão da mudança. Mesmo aqui neste espaço editorial já falamos algumas vezes sobre dicas de liderança, equipe e processos da mudança. E com o intuito de reforçar a importância do tema, dedicaremos este artigo, focando o outro lado, jogando luz em alguns pontos que chamamos aqui de 10 pecados da má gestão, lembrando que estes comportamentos estão na contramão da liderança.

1. Arrogância & vaidade: Ser chefe pode ser bom. Normalmente significa algum dinheiro a mais e também prestígio, mas isso não pode ser motivo para tornar-se arrogante ou se achar melhor que os outros. A arrogância distancia a equipe e cria abismos nas relações. Esse comportamento pode até apagar o mérito real que a pessoa tenha para ocupar um cargo.

2. Autoritarismo: No mundo inteiro ser autoritário está fora de moda! As organizações não querem mais gestores autoritários, embora existam muitos ainda na ativa. O autoritarismo é um veneno que aos poucos vai minando a motivação e interesse da equipe, até que seus integrantes se tornem meros cumpridores de horário.

3. Centralização / Ser o dono da verdade: Diminui o potencial de ação, a capacidade e os resultados da equipe, além de tornar tudo mais moroso na organização.

4. Desconsiderar a inteligência do grupo: O servidor público normalmente tem uma formação acadêmica muito boa, além de ter passado em um concurso público, que é um filtro cognitivo importante. Além disso, o serviço público proporciona ao servidor a oportunidade de formação continuada. É importante gerenciar a equipe levando em conta esses fatores. O chefe não precisa ser o sabichão; e mais: deve respeitar o conhecimento técnico de sua equipe. Este é um fator determinante para as relações produtivas.

5. Desagregar o grupo: Jogar uma pessoa contra outra separa a equipe. Algumas pessoas fazem isso por insegurança, com a ilusão de que assim manterão mais controle

comportamento comportamento comportamento portamento

sobre o grupo. Contudo, isso enfraquece a equipe, piora o clima de trabalho e até gera adoecimento nas pessoas.

6. Falta de foco: Ficar patinando com a equipe sem avançar nas metas, desalinhado dos objetivos organizacionais, é prejudicial. Quando se tem muito trabalho é preciso ter mais foco ainda e delegar tarefas para que a produção aconteça. O chefe deve distribuir o trabalho, compartilhar responsabilidades e coordenar a equipe, e não fazer o trabalho por ela.

7. Hierarquizar mais que o necessário: Dar-se muita importância e ao cargo, visando aumentar seu poder e influência não é produtivo. Sabe-se que quanto menor for a distância na hierarquia, mais efetiva, ágil e descomplicada será a organização.

8. Incongruência: Falar uma coisa e fazer diferente. Ser o chefe e desqualificar a equipe. Ser servidor público e falar mal do próprio trabalho. Esses são alguns exemplos de incongruências que não fortalecem a postura de nenhuma chefia.

9. Indolência: Ser chefe não se limita a ter aumento de salário. Exige que se tenha postura positiva, proativa e foco nos resultados. A postura indolente, passiva, do chefe leva o grupo a produzir menos do que poderia, chegando até à estagnação.

10. Privilegiar membros da equipe: É importante criar vínculos com a equipe, importar-se, ajudar, mas nunca se devem privilegiar alguns em detrimento de outros, pois tal atitude separa a equipe, gerando competição interna e perda da qualidade do clima de trabalho.

Talvez você esteja pensando, neste momento, que existem muitos outros pecados que não foram citados aqui, e eu concordo! Existem muitos outros, mas vamos começar com esses 10 só para ajudar na autoanálise. Bom proveito! ■

*Colaboradora da Primeira Região em Revista,
professora da Escola Nacional de Administração
Pública e consultora organizacional



CÂNCER

INTERNET/UNIMED

Na mira da prevenção

SETE NOVOS TIPOS DE CÂNCER ENTRAM NA LISTA DOS MAIS INCIDENTES, SEGUNDO O INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER

▼ TAYNARA PRATA/ MC

“No fim dos anos 1970, começo dos anos 1980, a oncologia era uma especialidade bastante empírica. Os medicamentos tinham baixa eficácia, e os pacientes apresentavam muitos sintomas adversos (...) atualmente, estamos diante de outra realidade, principalmente no que se refere aos sintomas da doença. O tratamento está mais focado no tipo de tumor e provoca menos efeitos colaterais.” afirmou Dr. Sergio Simon, graduado pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), especialista em Hematologia e Oncologia e atual diretor do Conselho Científico do Hospital Hadassah (em São Paulo), em entrevista a Dráuzio Varella, médico, cientista e escritor brasileiro.

No entanto, apesar da evolução no tratamento, os índices de neoplasias (qualquer tumor, maligno ou benigno) mundiais não diminuiram. O Instituto Nacional de Câncer (Inca) estimou, em novembro do ano passado, 520 mil novos casos entre os brasileiros para os anos de 2012 e 2013.

De acordo com a pesquisa do Inca, foram agregados à lista de cânceres com maior incidência no país – de pele não melanoma, próstata, mama e pulmão – sete novos tipos: de bexiga, ovário, tireoide, sistema nervoso central, corpo do útero, laringe e linfoma não Hodgkin (surge quan-

do uma célula do sistema linfático normal se transforma em uma célula maligna). No índice mundial permanecem os de pulmão, mama, colorretal, estômago e fígado. Os dados do Inca apontam também que os casos estarão divididos igualmente entre homens e mulheres: 260 mil.

Mesmo que os números sejam iguais, os tipos de câncer que atacam homens e mulheres divergem. Os mais comuns entre mulheres são os do sistema reprodutor (mama, colo do útero e ovários), colorretal, tireoide, tumores pulmonares e de estômago, enquanto os mais incidentes entre os homens são os de próstata, pulmão, colorretal (maior risco a partir dos 60 anos), estômago, cavidade oral, laringe e bexiga.

O principal problema, segundo o Inca, é que mais de 80% dos casos são originados por elementos externos: fungos, bactérias, tabagismo, alcoolismo, alimentação, exposição prolongada a gases tóxicos ou à radiação. A combinação desses elementos torna ainda maior a probabilidade de desenvolvimento de células cancerígenas. Além disso, elementos como idade e genética assumem papéis importantes para o surgimento da doença.

Em adição, o Instituto Nacional de Câncer revela que a má alimentação está ligada a mais de cinco tipos diferentes

de neoplasias, por isso é importante adotar uma dieta rica em vitaminas, com pouca ingestão de carne vermelha, bebidas alcoólicas, alimentos enlatados ou embutidos, defumados, frituras e grãos e cereais armazenados.

“Uma alimentação balanceada, com baixo teor calórico, rica em frutas, fibras e legumes, associada a hábitos saudáveis, como a prática de atividades físicas, por exemplo, pode reduzir 37% desse tipo de tumor”, diz o nutricionista da Área de Alimentação, Nutrição e Câncer do Inca, Fábio Gomes a respeito do câncer de cólon e reto.

É necessário também adquirir o hábito de realizar avaliações médicas regularmente e praticar o autoexame em casa. Essa é uma iniciativa simples, mas de grande efeito; por meio dela é possível, por exemplo, prevenir o câncer de mama, testículos, pele e boca gastando apenas alguns minutos por mês.

“O autoexame e a prevenção como um todo são extremamente importantes porque, detectando a doença no início, existem altas chances de cura e os índices de mortalidade e sequelas são bem menores. Assim, a pessoa não precisa se submeter aos tratamentos mais agressivos, que são, inclusive, mutilantes, em alguns casos.” Afirma a Dra. Débora Lins Soares Macedo, clínica geral do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região.

A servidora do TRF/ 1.ª Região, Amarílis Lopes, descobriu cedo a existência de um câncer graças aos exames preventivos. “Tudo teve início nos exames periódicos que o Tribunal nos solicita. A médica examinou meu pescoço e achou o volume alterado, então considerou por bem solicitar um ultrassom. O exame detectou a presença de dois nódulos. A punção foi feita por um médico de extrema confiança. Encaminhado o material para a biópsia, eis o resultado: carcinoma papilífero de tireoide.”

Devido à rapidez com que foi detectado, o câncer de Amarílis foi eliminado rapidamente com a combinação de cirurgia e iodoterapia.

Com dois meses de tratamento e manutenção vitalícia de hormônios, a servidora está curada. “Fora o fato de ter que fazer exames periódicos, minha vida é normalíssima. Tive uma gravidez relativamente tranquila, mesmo estando com 42 anos de idade. O importante é

não negligenciar, pois, cuidando, temos total qualidade de vida.”

Apesar da importância de outras medidas preventivas, a maioria dos especialistas concorda que o primeiro e mais importante passo é parar de fumar.

“Da queima do cigarro são produzidos mais de 500 tipos de compostos químicos; tem os que são inalados e os produzidos na fumaça, o que torna o cigarro tóxico tanto para o fumante, quanto para quem está próximo a ele, o chamado fumante passivo. A maioria das pessoas pensa que fumar pode acarretar apenas câncer de pulmão, quando, na verdade, o cigarro aumenta o perigo do desenvolvimento de mais de onze tipos de câncer diferentes.”, afirma a médica do TRF/ 1.ª Região, Gabriella de Oliveira, também uma das responsáveis pelo programa antitabagista da Casa, “Parar de Fumar é Possível”.





O programa existe no TRF/ 1.^a Região desde 2005 e foi idealizado pela psicóloga da Casa, Maristela Aires da Fonseca. “Na verdade, nós seguimos uma orientação do Ministério da Saúde, e o programa antitabagista é executado em vários órgãos brasileiros”. Segundo Maristela, toda a equipe médica do Tribunal está apta a intervir e encaminhar pacientes fumantes para o apoio médico e psicológico. “Escolhemos essa abordagem porque entendemos que é um dever de todo profissional da saúde”, afirmou Maristela sobre a principal causa de morte evitável no mundo. Além de campanhas e informativos, o programa “Parar de Fumar é Possível” oferece aconselhamento contínuo. O interessado atende a quatro sessões mensais e recebe medicamento gratuitamente. Depois das primeiras semanas, há o monitoramento, que dura, em média, três meses, no qual os profissionais entram em contato periódico para acompanhar o desempenho do paciente.

“Nós utilizamos um medicamento relativamente novo que apresentou excelentes resultados. São comprimidos de primeira linha, o último tratamento contra tabagismo. Claro que ele ainda está em fase de estudo, e todos aqueles que participam, na verdade, estão fazendo parte de uma grande experiência”, conta a Dra. Gabriella Oliveira a respeito da medicação que ameniza os sintomas de abstinência.

Apesar do sucesso com o medicamento, a médica ressalta a importância de um tratamento multidisciplinar, mencionado por Maristela e oferecido pelo TRF/ 1.^a Região. “É errado pensar que as pessoas têm apenas uma causa, um motivo para fumar. Existem fatores físicos, como a predisposição genética e fatores psicológicos, como ansiedade, depressão, estresse, etc. Por isso o tratamento é feito com um médico e um psicólogo. Infelizmente, muitos pacientes têm dificuldade em aceitar o tratamento psicológico. Nós tentamos quebrar esse preconceito, para que o acompanhamento seja feito de forma correta, mas algumas pessoas simplesmente não aceitam. O correto seria o acompanha-

mento dos dois profissionais, mas como o objetivo é fazer parar de fumar, nós tratamos mesmo assim”.

O tabagismo – responsável por 90% dos cânceres de pulmão –, combinado com a ingestão excessiva de bebidas alcoólicas, aumenta em 58% as chances da doença na cavidade oral; o alcoolismo pode causar câncer colorretal, de fígado e de esôfago; a ingestão prolongada de alimentos enlatados, embutidos, industrializados e conservados artificialmente pode acarretar o desenvolvimento de câncer de estômago, colorretal e na tireoide. Além daqueles desenvolvidos a partir da ocorrência de infecções – a bactéria *H.pylori*, uma das infecções mais comuns do mundo, é responsável por 63% dos casos de câncer no estômago, e o vírus HPV pode causar câncer de boca.

Infelizmente, não existe uma fórmula que previna 100% o desenvolvimento do câncer, mas atualmente os tratamentos são eficientes e garantem aos pacientes boas chances de sobrevivência.

De acordo com o Inca, o procedimento mais antigo e mais definitivo, especialmente quando o tumor está em estágio inicial, é a cirurgia. Caso o quadro do paciente esteja mais avançado, ela pode ser combinada com outros métodos como: quimioterapia, radioterapia, hormonioterapia ou imunoterapia, além da terapia de alvo.

Tendo sido diagnosticada com o tipo mais agressivo de câncer de mama, outra servidora da Casa, Solange Mota, conta sua experiência. “Descobri casualmente. Estava em uma viagem de férias e, dormindo, minha mão esquerda caiu em cima da mama direita e eu percebi o nódulo. Sempre há a ingenuidade de que não vai acontecer com a gente. Depois de traçado o tratamento, que foi mastectomia, quimioterapia, radioterapia e agora a ingestão de um bloqueio hormonal por cinco anos, sinto-me ‘atropelada’ (...). Peço a Deus que a Medicina descubra o mais rápido possível tratamentos menos agressivos para os doentes e mais eficazes contra essas doenças”.

Esperanças – O problema é que, apesar de eficazes, os tratamentos atuais ainda causam sofrimento aos pacientes, o que levou médicos de diversos lugares do mundo a buscar tratamentos alternativos. Desde 2005, mais de 800 profissionais se reúnem para discutir métodos viáveis menos invasivos contra o câncer, no Congresso Internacional sobre Tratamentos Complementares e Alternativos ao Câncer. O último ocorreu em 2010, na Espanha, e trouxe à tona diversas teorias.

Após trabalhar anos com oncologia infantil, observar o sofrimento dos pacientes e obter resultados insatisfatórios, o médico espanhol Alberto Martí Bosch abandonou completamente a prática de tratamentos convencionais. Há vinte anos trabalha com métodos alternativos, buscando “não causar danos”. O tratamento que propõe leva em conta todos os aspectos da doença, tanto físicos quanto emocionais e psicológicos. Bosch aposta na desintoxicação do organismo, resolução de carências de vitaminas, minerais, enzimas e hormônios para potencializar o sistema imunológico e equilibrar o organismo.

Esse método casa com o tratamento do médico alemão Gottfried Cornelissen, que acredita que reforçar o sistema imunológico do paciente com suplementos adequadamente testados para o indivíduo, alcançar um equilíbrio hormonal e eliminar matérias tóxicas do

“A maioria das pessoas pensa que fumar pode acarretar apenas câncer de pulmão, quando, na verdade, o cigarro aumenta o perigo do desenvolvimento de mais de onze tipos de câncer diferentes”

**Gabriella de Oliveira,
médica do TRF/ 1.ª Região**



organismo é o suficiente para evitar entre 60% e 80% do desenvolvimento de tumores.

Por outro lado, Raymond Hilu, especialista em medicina celular, defende a aplicação da hipertermia regional profunda. Segundo sua teoria, “as temperaturas superiores a 42° C danificam irreversivelmente a circulação no tumor”. Além disso, afirma que “ao aumentar a vasodilatação e a circulação sanguínea, são obtidos numerosos efeitos indiretos, como a redução da acidez extracelular, a melhora do metabolismo e da resposta imunológica, assim como uma mais fácil eliminação de resíduos tóxicos”.

Já Ángel Borrue, membro da Associação Espanhola de Médicos Naturistas, utiliza o azevinho para tratar o câncer. “Está constatado que a planta reforça o sistema imunológico, inibe os oncogenes, que estimulam a angiogênese, e provoca a apoptose das células cancerosas, além de melhorar a qualidade de vida do paciente”, afirmou durante o congresso.

Outra teoria surpreendente por sua simplicidade é a do argentino Miguel Ángel Ibañez, que recomenda o uso de vitamina C por via intravenosa. Afirma que, quando

aplicada por meio de gotejamento, a vitamina tem efeito antitumoral e antidegenerativo.

À parte teorias inovadoras, no Brasil a robótica já está presente em cirurgias de pacientes portadores de câncer. De acordo com o Inca, o procedimento permite que tumores alojados em locais “inoperáveis” para cirurgiões, sejam acessados através de incisões mínimas pelas máquinas, evitando cortes profundos e mutilações. O uso do robô torna a cirurgia muito menos invasiva, reduz o

número de cicatrizes posteriores, além de proporcionar um pós-operatório mais seguro, menos doloroso e uma recuperação mais rápida.

O Inca pretende expandir esse tipo de cirurgia e já está treinando cirurgiões para usarem as máquinas. ■

Fontes: www.inca.gov.br; www.biomedicos.com.br; OMS; www.drauziovarella.com.br; www.oncoguia.com.br; www.prevencaodecancer.com.br; www.cancerdemama.com.br; www.hospitalgeral.com.br; www.news.med.br
Imagens: internet/arte: Jordânia J. Alves



INTELIGÊNCIA E CONTRAINTELIGÊNCIA

Em nosso primeiro artigo versando sobre a Atividade de Inteligência (Primeira Região em Revista, ed.: 19), abordamos, em breve exposição, o conceito de inteligência, sua evolução no país e a forma como essa atividade está organizacionalmente estruturada. Demos um enfoque à superexposição que a atividade de Inteligência passou a ter nos últimos 20 anos, notadamente no Brasil, seja pela ampla cobertura midiática dada à atuação dos órgãos policiais e agências federais em casos de grande repercussão nacional, seja pela proliferação dessa atividade em diversos órgãos e agências governamentais, seja pela ampla publicidade que vem sendo dada à atividade de Inteligência – em especial por políticos e demais atores –, como sendo a panaceia para os problemas de segurança pública que afligem todo o país.

Dessa combinação de situações, concluímos existir uma enorme confusão que gira em torno do tema. Uma das causas que potencializa essa confusão está na dificuldade em interpretar, adaptar e aplicar ou não os conceitos tradicionais da Inteligência Clássica em diversas modalidades em que se fragmentou a atividade nos últimos vinte anos, por exemplo, Inteligência policial, Inteligência competitiva, Inteligência bancária, entre outras, como já mencionamos em outro artigo.

Nesse sentido, iniciaremos uma abordagem sobre os principais conceitos da atividade de inteligência, sem, no entanto, abordar temas como terrorismo, espionagem e defesa externa, tendo em vista tratar-se de temas inclusos na Doutrina de Inteligência Clássica, que não se coadunam com o tipo de inteligência que poderia ser implantada no Poder Judiciário. Iniciaremos esse artigo falando um pouco sobre os ramos da Atividade de Inteligência.

A Atividade de Inteligência está dividida em dois ramos de atuação, quais sejam, a *Inteligência* propriamente dita e a *Contrainteligência*.

Quanto ao ramo “Inteligência”, consiste essencialmente no exercício sistemático de ações especializadas utilizadas

para obtenção e produção de conhecimento, com o propósito de assessorar, em geral, dirigentes em alto nível, no planejamento, acompanhamento e execução de atos de natureza decisória ou em questões que possam afetar o ambiente institucional.

Já o ramo da Contrainteligência tem por finalidade precípua a salvaguarda do conhecimento produzido e a proteção orgânica da instituição e das pessoas. Consiste na identificação, avaliação e neutralização de ações adversas que atentem contra as instituições e/ou contra a integridade física de autoridades, servidores e o público em geral – no caso da Justiça, o Jurisdicionado –. Portanto é na Contrainteligência que medidas de prevenção, obstrução, detecção e neutralização devem ser planejadas e implementadas pelas organizações. Esse ramo, indissociável da Inteligência, está dividido em dois segmentos de atuação: o segmento interno, que se configura nas medidas de Segurança Orgânica acima mencionadas; e no segmento externo, que trata das Operações de Inteligência, tema para um outro artigo.

Concluindo, vimos que, em síntese, enquanto a Inteligência pressupõe a produção de conhecimento e a antecipação de cenários de modo a subsidiar o processo decisório, à Contrainteligência compete salvaguardar a produção desse conhecimento produzido, bem como tudo que possa colocar em risco a incolumidade da instituição, das pessoas e dos bens jurídicos que àquela cabe preservar. Ponto de fundamental importância é que ambos os segmentos são parte de um todo, ou seja, se inter-relacionam e são interdependentes. ■

*Servidor do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, analista em Inteligência pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestrando em Segurança Pública pelo Instituto Universidad de La Policía Federal Argentina/Buenos Aires – AR, pós-graduado em Gestão da Segurança Pública pela Universidade de Brasília (UNB) e especialista em Segurança Pública e Defesa Social pelas Faculdades Integradas UPIS/Brasília. Graduado em Direito e Administração de Empresas.

Eu faço a diferença RECICLANDO.

Faça sua própria *ecobag*
usando camisetas antigas!



Pegue uma camiseta velha e vire-a do avesso. Na parte superior da camiseta, onde estão localizadas a gola e as mangas, marque com uma caneta o formato de uma bolsa, como no exemplo ao lado.

Corte junto as duas camadas da camiseta para que fiquem com tamanhos iguais. Veja na foto ao lado como devem ficar após o corte.



Costure as duas camadas da camiseta para formar o fundo da *ecobag*. Mantenha a barra original da camiseta aberta; ela será a abertura da bolsa.

Para reforçar a bolsa, faça mais uma costura em zigue-zague.



Solte sua criatividade e, com uma régua, marque o tecido com pequenas retas. Mantenha uma boa distância entre elas. Próximo à barra da camiseta, desenhe apenas uma reta maior e deixe um espaço como na foto ao lado; esta será a parte superior da *ecobag*, onde ficará o “pegador”.

Com uma tesoura ou estilete para tecidos, corte, seguindo as linhas que você desenhou, ambas as camadas; tente deixar o corte o mais reto possível.



Estique a bolsa.

Sua nova *ecobag*
está pronta!



Uma dica da ASCOM aos seus leitores
Fonte www.modaparahomens.com.br



Praça dos Tribunais Superiores
SAS, Quadra 2, Bloco A
CEP: 70095-900
Brasília - Distrito Federal
primeiraregioemrevista@trf1.jus.br
www.trf1.jus.br